

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	20
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.587
Preferenciais	744.015
Total	1.125.602
Em Tesouraria	
Ordinárias	252
Preferenciais	2.081
Total	2.333

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2013	Dividendo		Ordinária		1,25162
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2013	Dividendo		Preferencial		1,37678

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	59.010.981	57.582.441
1.01	Ativo Circulante	8.570.644	6.515.094
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.367.490	3.079.282
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	25.383	18.398
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	4.342.107	3.060.884
1.01.03	Contas a Receber	2.143.996	2.150.724
1.01.03.01	Clientes	2.143.996	2.150.724
1.01.04	Estoques	27.015	24.403
1.01.06	Tributos a Recuperar	529.295	602.328
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	529.295	602.328
1.01.07	Despesas Antecipadas	138.786	26.610
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.364.062	631.747
1.01.08.03	Outros	1.364.062	631.747
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	117.733	95.916
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	59.948	39.197
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	1.099.939	394.105
1.01.08.03.05	Outros Ativos - CP	86.442	102.529
1.02	Ativo Não Circulante	50.440.337	51.067.347
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.740.272	3.755.173
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	13.782	16.720
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	88.252	34.643
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.638.238	3.703.810
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar - LP	284.319	549.225
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.196.738	3.068.256
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	23.881	23.920
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	20.201	21.465
1.02.01.09.07	Outros Ativos	113.099	40.944
1.02.02	Investimentos	21.361.644	21.561.061
1.02.02.01	Participações Societárias	21.361.644	21.561.061
1.02.03	Imobilizado	10.051.716	10.020.263
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.443.569	9.310.406
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	608.147	709.857
1.02.04	Intangível	15.286.705	15.730.850

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	59.010.981	57.582.441
2.01	Passivo Circulante	7.270.046	5.910.070
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	155.313	205.780
2.01.01.01	Obrigações Sociais	99.476	81.576
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	55.837	124.204
2.01.02	Fornecedores	2.149.398	2.191.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	478.061	529.055
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	87.802	119.749
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	87.802	119.749
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	386.253	405.103
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.006	4.203
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.498.315	1.446.156
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	774.617	743.941
2.01.04.02	Debêntures	723.698	702.215
2.01.05	Outras Obrigações	2.621.861	1.203.180
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	104.065	103.573
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	4.399	808
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	69.013	69.205
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	30.653	33.560
2.01.05.02	Outros	2.517.796	1.099.607
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.973.655	467.831
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	7.970	8.747
2.01.05.02.05	Receita Diferida	67.385	69.743
2.01.05.02.07	Grupamento de Frações de Ações	345.793	345.953
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	122.993	207.333
2.01.06	Provisões	367.098	334.852
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	367.098	334.852
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	328.456	296.210
2.02	Passivo Não Circulante	8.430.396	6.991.251
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.931.976	2.836.112
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	375.461	582.422
2.02.01.02	Debêntures	3.556.515	2.253.690
2.02.02	Outras Obrigações	456.076	441.834
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.950	7.168
2.02.02.02	Outros	448.126	434.666
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	0	3.733
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	28.890	30.057
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	32.764	28.508
2.02.02.02.07	Obrigações com Planos de Benefícios Pós Emprego	386.472	372.368
2.02.03	Tributos Diferidos	1.366.004	1.216.651
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.366.004	1.216.651
2.02.04	Provisões	2.634.820	2.457.632
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.341.907	2.168.177
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.380.256	1.336.071
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	648.356	560.091

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	313.295	272.015
2.02.04.02	Outras Provisões	292.913	289.455
2.02.04.02.04	Provisão para Desmobilização	21.113	24.935
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	271.800	264.520
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	41.520	39.022
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	41.520	39.022
2.03	Patrimônio Líquido	43.310.539	44.681.120
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.799.004	2.799.004
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-112.107
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores	-70.448	-70.448
2.03.04	Reservas de Lucros	1.100.000	4.248.769
2.03.04.01	Reserva Legal	1.100.000	1.100.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	3.148.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.783.045	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	12.935	17.792

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.284.351	6.445.441
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.097.346	-3.713.895
3.03	Resultado Bruto	2.187.005	2.731.546
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-182.572	-448.998
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.504.737	-1.597.374
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-349.739	-375.536
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	188.897	149.873
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-318.309	-246.552
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.801.316	1.620.591
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.004.433	2.282.548
3.06	Resultado Financeiro	-126.426	-47.482
3.06.01	Receitas Financeiras	263.076	299.540
3.06.02	Despesas Financeiras	-389.502	-347.022
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.878.007	2.235.066
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-153.577	-191.501
3.08.02	Diferido	-153.577	-191.501
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.724.430	2.043.565
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.724.430	2.043.565
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,44010	1,70610
3.99.01.02	PN	1,58410	1,87670
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,44010	1,70610
3.99.02.02	PN	1,58410	1,87670

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	1.724.430	2.043.565
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.287	-7.871
4.02.01	Perdas não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda, Líquido de Impostos	-8.202	-7.561
4.02.02	Ajuste Acumulado de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	4.393	2.541
4.02.04	Participação no Resultado Abrangente das Subsidiárias	-1.478	-2.851
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.719.143	2.035.694

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.507.176	1.794.731
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.915.803	2.460.603
6.01.01.01	Lucro Antes dos Impostos	1.878.007	2.235.066
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.345.096	1.306.276
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	13.494	8.774
6.01.01.04	Variações Monetárias	48.808	16.603
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.801.316	-1.620.591
6.01.01.06	Ganho (Perda) na Baixa/Alienação de Bens	-57.629	7.447
6.01.01.07	Provisão para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	154.474	145.434
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	-8.610	122.767
6.01.01.09	Provisão (Baixas e Reversões) para Redução ao Valor Realizável dos Estoques	3.033	-2.514
6.01.01.10	Pensão e Outros Benefícios pós Emprego	13.296	-3.617
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	165.638	123.525
6.01.01.12	Despesas de Juros	161.894	121.621
6.01.01.13	Reversão da Provisão para Desimobilização	-3.821	-188
6.01.01.14	Perdas com Investimento	3.439	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-408.627	-665.872
6.01.02.01	Contas a Receber	-147.746	-121.422
6.01.02.02	Estoques	-5.645	2.587
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	12.527	387.650
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	-105.485	-11.377
6.01.02.05	Outros Ativos não Circulantes	-150.912	-176.503
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-50.467	-37.823
6.01.02.07	Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	3.826	-362.502
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	305.800	-116.939
6.01.02.09	Outros Passivos Circulantes	-98.265	-107.462
6.01.02.10	Outros Passivos não Circulantes	-33.443	10.969
6.01.02.11	Juros Pagos	-138.817	-123.567
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-9.483
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	277.638	147.328
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controladas	-65.250	0
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível Líquido de Doações	-1.011.834	-1.063.471
6.02.03	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	34.273	3.248
6.02.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.320.449	1.200.000
6.02.05	Caixa Recebido na Venda de Investimento	0	7.551
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-496.606	-2.290.975
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-207.002	-637.737
6.03.02	Captações de Empréstimos e Debêntures	1.300.128	0
6.03.03	Pagamento Líquido dos Contratos de Derivativos	-5.671	-3.144
6.03.04	Recompra de Ações em Tesouraria	0	-32.769
6.03.05	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-161	0
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-1.583.900	-1.573.154

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.03.07	Aquisição de Participação não Controladores	0	-44.171
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.288.208	-348.916
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.079.282	826.902
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.367.490	477.986

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.089.724	0	-3.089.724
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.148.769	0	-3.148.769
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	59.045	0	59.045
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.724.000	-4.857	1.719.143
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.724.430	0	1.724.430
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-430	-4.857	-5.287
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	1.783.045	12.935	43.310.539

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-73.287	0	-1.890.689	0	-1.963.976
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-32.768	0	0	0	-32.768
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.953.029	0	-1.953.029
5.04.08	Dividendos e JCP Sobre Capital Próprio Prescritos, Líquidos de Imposto	0	0	0	62.340	0	62.340
5.04.09	Participação de Acionistas não Controladores	0	-40.519	0	0	0	-40.519
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.043.565	-7.871	2.035.694
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.043.565	0	2.043.565
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.871	-7.871
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	877.322	2.105.905	-351	43.397.435

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	8.273.164	8.591.579
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.298.542	8.621.260
7.01.02	Outras Receitas	129.096	115.753
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	-154.474	-145.434
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.824.313	-3.861.900
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.806.557	-2.719.640
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.078.901	-1.160.508
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	61.145	18.248
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.448.851	4.729.679
7.04	Retenções	-1.345.096	-1.306.276
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.345.096	-1.306.276
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.103.755	3.423.403
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.064.392	1.920.131
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.801.316	1.620.591
7.06.02	Receitas Financeiras	263.076	299.540
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.168.147	5.343.534
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.168.147	5.343.534
7.08.01	Pessoal	414.881	389.383
7.08.01.01	Remuneração Direta	286.309	276.492
7.08.01.02	Benefícios	92.063	69.121
7.08.01.03	F.G.T.S.	36.509	43.770
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.171.537	2.464.254
7.08.02.01	Federais	664.590	721.979
7.08.02.02	Estaduais	1.482.458	1.708.045
7.08.02.03	Municipais	24.489	34.230
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	603.837	302.825
7.08.03.01	Juros	368.367	346.646
7.08.03.02	Aluguéis	235.470	-43.821
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.724.430	2.043.565
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.724.430	2.043.565
7.08.05	Outros	253.462	143.507
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e civeis, líquidas	253.462	143.507

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	70.597.146	70.251.092
1.01	Ativo Circulante	17.227.068	16.209.181
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.779.199	7.133.485
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	77.712	94.304
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	7.701.487	7.039.181
1.01.03	Contas a Receber	5.355.643	5.512.272
1.01.03.01	Clientes	5.355.643	5.512.272
1.01.04	Estoques	502.803	387.809
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.969.172	2.052.421
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.969.172	2.052.421
1.01.07	Despesas Antecipadas	858.426	248.337
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	761.825	874.857
1.01.08.03	Outros	761.825	874.857
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	36.481	38.033
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	64.918	41.109
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	131.823	126.625
1.01.08.03.04	Aplicações Financeiras em Garantia	253.472	0
1.01.08.03.05	Outros Ativos	275.131	669.090
1.02	Ativo Não Circulante	53.370.078	54.041.911
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.545.888	6.289.189
1.02.01.03	Contas a Receber	224.671	93.378
1.02.01.03.01	Clientes	224.671	93.378
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.045.989	1.027.888
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.045.989	1.027.888
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	26.930	31.396
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	21.197	20.118
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.227.101	5.116.409
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	484.449	738.965
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.151.964	3.909.268
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	110.719	109.708
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	374.697	286.278
1.02.01.09.07	Outros Ativos	105.272	72.190
1.02.02	Investimentos	132.781	142.881
1.02.02.01	Participações Societárias	132.781	142.881
1.02.03	Imobilizado	17.085.082	17.604.144
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.765.509	16.127.725
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.319.573	1.476.419
1.02.04	Intangível	29.606.327	30.005.697

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	70.597.146	70.251.092
2.01	Passivo Circulante	13.788.884	13.536.792
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	368.480	416.252
2.01.01.01	Obrigações Sociais	239.106	204.675
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	129.374	211.577
2.01.02	Fornecedores	5.915.604	5.889.068
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.375.270	1.781.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	337.875	654.372
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24.505	243.399
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	313.370	410.973
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.019.361	1.098.556
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	18.034	28.322
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.006.641	1.957.538
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.282.943	1.255.323
2.01.04.02	Debêntures	723.698	702.215
2.01.05	Outras Obrigações	3.595.444	2.995.894
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	94.810	50.147
2.01.05.02	Outros	3.500.634	2.945.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.973.655	467.831
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	45.146	29.586
2.01.05.02.05	Receita Diferida	798.832	734.573
2.01.05.02.06	Licença de Autorização	58.530	994.977
2.01.05.02.07	Grupamento de Frações de Ações	389.349	389.510
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	235.122	329.270
2.01.06	Provisões	527.445	496.790
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	527.445	496.790
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	4.543	20.833
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	84.766	80.091
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	438.136	395.866
2.02	Passivo Não Circulante	13.497.723	12.033.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.984.404	6.009.691
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.427.889	3.756.001
2.02.01.02	Debêntures	3.556.515	2.253.690
2.02.02	Outras Obrigações	1.093.272	1.049.839
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.303	7.201
2.02.02.02	Outros	1.084.969	1.042.638
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	21.007	26.545
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	514.523	488.749
2.02.02.02.05	Ônus de Renovação de Licença	93.829	87.564
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	48.321	47.511
2.02.02.02.07	Obrigações com Planos de Benefícios Pós Emprego	407.289	392.269
2.02.03	Tributos Diferidos	1.372.754	1.216.651
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.372.754	1.216.651
2.02.04	Provisões	3.784.559	3.453.637
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.279.803	2.967.801
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.094.962	1.931.217

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	730.106	637.156
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	454.735	399.428
2.02.04.02	Outras Provisões	504.756	485.836
2.02.04.02.04	Provisão para Desmobilização	232.956	221.316
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	271.800	264.520
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	262.734	303.362
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	262.734	303.362
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	43.310.539	44.681.120
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.799.004	2.799.004
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-112.107
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores	-70.448	-70.448
2.03.04	Reservas de Lucros	1.100.000	4.248.769
2.03.04.01	Reserva Legal	1.100.000	1.100.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	3.148.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.783.045	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	12.935	17.792

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.046.989	16.551.720
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.798.819	-8.113.872
3.03	Resultado Bruto	8.248.170	8.437.848
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.772.404	-5.169.475
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.517.671	-4.308.701
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.177.126	-1.102.351
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	405.903	737.604
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-481.449	-497.251
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.061	1.224
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.475.766	3.268.373
3.06	Resultado Financeiro	-90.063	-129.715
3.06.01	Receitas Financeiras	748.996	619.217
3.06.02	Despesas Financeiras	-839.059	-748.932
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.385.703	3.138.658
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-661.273	-1.096.508
3.08.01	Corrente	-516.277	-638.398
3.08.02	Diferido	-144.996	-458.110
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.724.430	2.042.150
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.724.430	2.042.150
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.724.430	2.043.565
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-1.415
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.724.430	2.042.150
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.287	-7.871
4.02.01	Perdas não Realizados em Investimentos Disponíveis para Venda, Líquidas Impostos	-8.202	-7.561
4.02.02	Perdas Atuariais e Efeito da Limitação de Ativos dos Planos Superavitários	-430	0
4.02.03	Ganho (Perda) Operações de Derivativos, Líquidas de Impostos	-1.048	-2.851
4.02.04	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	4.393	2.541
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.719.143	2.034.279
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.719.143	2.035.694
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-1.415

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.200.223	3.905.676
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.272.309	5.984.359
6.01.01.01	Lucro antes dos Impostos	2.385.703	3.138.658
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.845.289	2.669.989
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	40.991	16.374
6.01.01.04	Variações Monetárias	61.350	-28.616
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.061	-1.224
6.01.01.06	Perda na Baixa/Alienação de Bens	-139.517	-382.581
6.01.01.07	Provisão para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	402.103	340.387
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	28.586	-262.659
6.01.01.09	Baixas e Reversões para Redução ao Valor Realizável dos Estoques	11.506	8.697
6.01.01.10	Pensão e Outros Benefícios pós Emprego	13.159	-8.109
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	332.444	230.258
6.01.01.12	Despesas de Juros	268.910	253.242
6.01.01.13	Provisão (Reversão) da Provisão para Desmobilização	12.954	-1.819
6.01.01.14	Provisão para Programa de Fidelização	6.770	11.762
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.072.086	-2.078.683
6.01.02.01	Contas a Receber	-376.767	-188.018
6.01.02.02	Estoques	-126.500	-24.112
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-298.088	366.821
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	-499.716	-346.279
6.01.02.05	Outros Ativos não Circulantes	-183.663	-222.140
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-47.772	-66.992
6.01.02.07	Fornecedores	114.575	-508.814
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	442.467	-99.573
6.01.02.09	Juros Pagos	-263.043	-236.198
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-703.097	-547.748
6.01.02.11	Outros Passivos Circulantes	-50.069	-153.980
6.01.02.12	Outros Passivos não Circulantes	-80.413	-51.650
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.843.477	-2.232.359
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível Líquido de Doações	-3.016.567	-2.525.131
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	423.090	282.703
6.02.03	Caixa Recebido na Venda de Investimento	0	10.069
6.02.04	Aplicações Financeiras em Garantia	-250.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-711.032	-2.513.487
6.03.01	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-430.135	-849.922
6.03.02	Captação de Empréstimos e Debêntures	1.318.124	14.309
6.03.03	Pagamento Líquido dos Contratos de Derivativos	-14.960	-27.780
6.03.04	Recompra de Ações em Tesouraria	0	-32.769
6.03.05	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-161	0
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-1.583.900	-1.573.154
6.03.07	Aquisição de Participação de não Controladores	0	-44.171
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	645.714	-840.170

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.133.485	2.889.543
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.779.199	2.049.373

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120	0	44.681.120
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120	0	44.681.120
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.089.724	0	-3.089.724	0	-3.089.724
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.148.769	0	-3.148.769	0	-3.148.769
5.04.08	Dividendos e JSCP Prescritos	0	0	0	59.045	0	59.045	0	59.045
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.724.000	-4.857	1.719.143	0	1.719.143
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.724.430	0	1.724.430	0	1.724.430
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-430	-4.857	-5.287	0	-5.287
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	1.783.045	12.935	43.310.539	0	43.310.539

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-73.287	0	-1.890.689	0	-1.963.976	-3.653	-1.967.629
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-32.768	0	0	0	-32.768	0	-32.768
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.953.029	0	-1.953.029	0	-1.953.029
5.04.08	Dividendos e JCSP Sobre Capital Próprio Prescritos, Líquido de Imposto	0	0	0	62.340	0	62.340	0	62.340
5.04.09	Participação dos Acionistas não Controladores	0	-40.519	0	0	0	-40.519	-3.653	-44.172
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.043.565	-7.871	2.035.694	-1.415	2.034.279
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.043.565	0	2.043.565	-1.415	2.042.150
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.871	-7.871	0	-7.871
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	877.322	2.105.905	-351	43.397.435	0	43.397.435

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	23.204.275	22.411.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.297.628	22.497.223
7.01.02	Outras Receitas	308.750	254.358
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	-402.103	-340.387
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.693.073	-8.055.220
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.362.048	-5.025.236
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.459.368	-3.428.954
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	128.343	398.970
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.511.202	14.355.974
7.04	Retenções	-2.845.289	-2.669.989
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.845.289	-2.669.989
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.665.913	11.685.985
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	746.935	620.441
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.061	1.224
7.06.02	Receitas Financeiras	748.996	619.217
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.412.848	12.306.426
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.412.848	12.306.426
7.08.01	Pessoal	1.137.340	922.684
7.08.01.01	Remuneração Direta	741.963	671.406
7.08.01.02	Benefícios	326.341	178.966
7.08.01.03	F.G.T.S.	69.036	72.312
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.432.081	7.759.195
7.08.02.01	Federais	2.589.072	3.038.266
7.08.02.02	Estaduais	4.797.996	4.667.197
7.08.02.03	Municipais	45.013	53.732
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.775.701	1.356.343
7.08.03.01	Juros	815.736	748.172
7.08.03.02	Aluguéis	959.965	608.171
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.724.430	2.042.150
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.724.430	2.043.565
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	-1.415
7.08.05	Outros	343.296	226.054
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e civeis, liquidas	343.296	226.054

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	2T13	1T13	Δ%	2T12	Δ%	6M13	6M12	Δ%
Receita Líquida Móvel	5.540,4	5.636,3	(1,7)	5.128,3	8,0	11.176,7	10.234,0	9,2
Receita de serviço móvel	5.219,2	5.270,5	(1,0)	4.959,8	5,2	10.489,7	9.884,2	6,1
Franquia e utilização	2.726,0	2.784,4	(2,1)	2.650,5	2,8	5.510,4	5.250,3	5,0
Uso de rede	780,2	905,4	(13,8)	942,3	(17,2)	1.685,6	1.927,7	(12,6)
Dados e SVA	1.684,7	1.566,3	7,6	1.351,1	24,7	3.251,0	2.669,4	21,8
Mensagem P2P	488,0	511,3	(4,6)	465,5	4,8	999,2	911,9	9,6
Internet	915,1	812,9	12,6	674,5	35,7	1.728,0	1.338,2	29,1
Outras Receitas de Dados e SVA	281,6	242,2	16,3	211,1	33,4	523,8	419,3	24,9
Outros serviços	28,3	14,3	97,9	15,9	78,0	42,6	36,8	15,9
Receita Líquida de Aparelhos	321,2	365,8	(12,2)	168,5	90,6	687,0	349,9	96,4

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Móvel considera a alocação da receita de longa distância por origemação da chamada.

A receita líquida móvel no trimestre registrou evolução de 8,0% na comparação anual, impulsionada pelo aumento na receita de dados, além da maior venda de smartphones que alavancou a receita de terminais. A receita de serviço móvel obteve variação positiva de 5,2% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Excluído o efeito do impacto regulatório, o crescimento da receita líquida de serviços móveis seria de 7,1% no comparativo anual.

A receita de **franquia e utilização** registrou uma evolução positiva de 2,8% no comparativo anual. Contribuíram para este desempenho a manutenção do crescimento das recargas de pré-pago e o aumento do parque pós-pago nos planos “Vivo Ilimitado”.

A receita de **uso de rede** diminuiu 17,2% em relação ao 2T12 principalmente em função da redução da VU-M. Normalizando esse efeito, essa redução seria de 7,4%. Na comparação trimestral, houve queda de 13,8% também devido à queda da VU-M.

A receita de **Dados e SVA** manteve bom desempenho, com variação positiva de 24,7% na comparação anual. Isso se deve principalmente ao crescimento das vendas de pacotes de dados 3G e 3G Plus atrelado a smartphones, além da crescente venda de pacotes de dados para clientes pré-pagos. No trimestre, a receita de Dados e SVA respondeu por 32% da receita líquida de serviços móveis, uma evolução anual de 5 p.p.. Considerando apenas a receita líquida, a participação de Dados e SVA no 2T13 seria de 38,0%.

A receita de **internet móvel** continua acelerando, e avançou 35,7% na comparação anual e 12,6% na trimestral, respondendo por 54% da receita de dados no 2T13. Esse desempenho está diretamente atrelado ao forte crescimento nos segmentos de pós-pago e dados e da crescente venda de modems e planos de dados para smartphones, destacando-se os planos 3G Plus. No segmento de clientes individuais pós-pago 70% dos clientes possuem smartphones.

A receita com **SMS** teve crescimento anual de 4,8%, impulsionada pela venda de pacotes ilimitados nos planos pós-pagos (R\$ 10/mês), maior penetração de SMS na campanha Vivo Sempre (R\$ 0,05/sms), além de inclusão de SMS off-net nos planos pós-pagos.

Outras Receitas de Dados e SVA evoluíram 33,4% no comparativo anual, impulsionados pelos serviços Vivo som de chamada, Vivo segurança online e plataforma de educação, que apresentaram crescimento significativo no trimestre.

O aumento anual expressivo de 90,6% na **receita de aparelho móvel** é explicado principalmente pelo crescimento nas vendas de smartphones, pelo aumento nas adições líquidas de clientes pós-pagos e pela mudança de nosso modelo de vendas para o segmento de pequenas e médias empresas.

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	2T13	1T13	Δ%	2T12	Δ%	6M13	6M12	Δ%
Receita Líquida Fixa	2.951,1	2.919,2	1,1	3.112,1	(5,2)	5.870,4	6.317,7	(7,1)
Voz e acessos	1.561,9	1.562,4	(0,0)	1.725,2	(9,5)	3.124,4	3.528,7	(11,5)
Uso de rede	112,9	107,8	4,7	110,7	2,0	220,7	229,4	(3,8)
Dados	910,7	893,6	1,9	888,5	2,5	1.804,3	1.780,7	1,3
TV por assinatura	114,1	121,2	(5,9)	150,7	(24,3)	235,3	308,4	(23,7)
Outros serviços	251,5	234,2	7,4	237,0	6,1	485,7	470,5	3,2
% Dados / ROL	30,9%	30,6%	0,2 p.p.	28,5%	2,3 p.p.	30,7%	28,2%	2,5 p.p.

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Fixa considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada e a alocação das receitas advindas da solução FWT ("Vivo Fixo" e "Vivo Box").

A receita líquida do negócio fixo apresentou redução anual de 5,2%, desacelerando o ritmo de queda apresentado em trimestres anteriores. Esta variação é explicada principalmente pela redução nas receitas de voz fixa e pela redução da VC fixo-móvel realizada em abril deste ano. Excluído este efeito a redução no período seria de 4,1%.

A receita de **Voz e acessos** diminuiu 9,5% em relação ao 2T12, justificada pela substituição fixo-móvel e por impactos regulatórios. Esta redução foi 3,9 p.p. menor do que a queda apresentada no 1T13. Excluída a redução da VC, a variação seria de -7,5% no comparativo anual. No comparativo trimestral esta receita manteve-se praticamente estável, algo que não ocorria desde o 3Q12. Estas variações já refletem as iniciativas de aquisição e fidelização dos clientes fixos que a empresa vem realizando nos últimos meses.

As **receitas de uso da rede** apresentam crescimento de 2,0% quando comparadas ao 2T12 e 4,7% frente ao trimestre anterior.

A receita de **Dados** cresceu 2,5% na comparação anual, +2.3 p.p. frente à variação registrada no 1T13. A empresa vem adotando ações para acelerar as receitas de banda larga incluindo: melhora no mix de velocidades da nossa base ADSL e expansão da base de clientes em fibra.

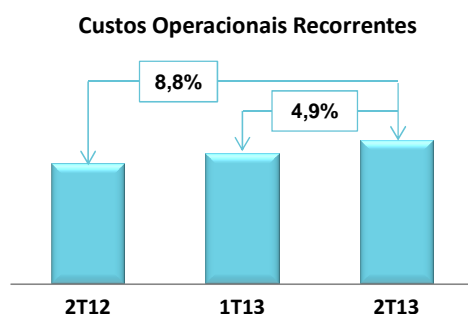
No 2T13, as receitas de **TV por assinatura** diminuíram 24,3% no comparativo anual e 5,9% frente ao 1T13, consequência da desconexão de clientes em MMDS.

A receita com **outros serviços** cresce 6,1% no comparativo anual e 7,4% no trimestral refletindo aumento em PDTI e venda de equipamentos para o segmento corporativo.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

Consolidado em R\$ milhões	2T13	1T13	Δ%	2T12	Δ%	6M13	6M12	Δ%
Custos Operacionais	(5.916,0)	(5.807,9)	1,9	(5.149,0)	14,9	(11.723,9)	(10.614,4)	10,5
Pessoal	(563,0)	(690,4)	(18,5)	(543,1)	3,7	(1.253,4)	(1.256,9)	(0,3)
Custo dos Serviços Prestados	(2.662,1)	(2.653,3)	0,3	(2.355,4)	13,0	(5.315,4)	(5.055,7)	5,1
Interconexão	(937,4)	(951,4)	(1,5)	(991,5)	(5,5)	(1.888,8)	(2.060,3)	(8,3)
Impostos, taxas e contribuições	(449,9)	(439,2)	2,4	(446,5)	0,8	(889,1)	(953,4)	(6,7)
Serviços de terceiros	(894,5)	(889,3)	0,6	(815,7)	9,7	(1.783,8)	(1.604,8)	11,2
Outros	(380,3)	(373,4)	1,8	(101,7)	273,9	(753,7)	(437,2)	72,4
Custo das Mercadorias Vendidas	(522,9)	(559,7)	(6,6)	(390,9)	33,8	(1.082,6)	(801,2)	35,1
Despesas de Comercialização dos Serviços	(1.833,3)	(1.603,3)	14,3	(1.609,9)	13,9	(3.436,6)	(3.168,8)	8,5
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(199,0)	(203,1)	(2,0)	(158,6)	25,5	(402,1)	(340,5)	18,1
Serviços de terceiros	(1.516,3)	(1.300,7)	16,6	(1.324,9)	14,4	(2.817,0)	(2.574,2)	9,4
Outros	(118,0)	(99,5)	18,6	(126,4)	(6,6)	(217,5)	(254,1)	(14,4)
Despesas Gerais e Administrativas	(273,5)	(287,2)	(4,8)	(307,1)	(10,9)	(560,7)	(572,2)	(2,0)
Serviços de terceiros	(235,5)	(217,2)	8,4	(224,2)	5,0	(452,7)	(428,2)	5,7
Outros	(38,0)	(70,0)	(45,7)	(82,9)	(54,2)	(108,0)	(144,0)	(25,0)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	(61,2)	(14,0)	337,1	57,4	n.d.	(75,2)	240,4	n.d.



Os custos operacionais apresentaram aumento anual de 14,9% e trimestral de 1,9%, registrando R\$ 5.916,0 milhões no 2T13, sem considerar os gastos com depreciação e amortização. Essa variação decorre principalmente dos esforços comerciais realizados para a melhora do desempenho da fixa e aumento da base móvel com foco em geração de valor, além da venda de ativos no 2T12 que diminuiu a base de comparação. Quando excluimos os efeitos não recorrentes no comparativo anual o crescimento em custos cairia para 8,8%.

O custo de **pessoal** no 2T13 aumentou 3,7% na comparação anual, devido ao dissídio coletivo ocorrido em janeiro/13. Se comparado ao trimestre anterior houve redução de 18,5% devido à reestruturação organizacional ocorrida no 1T13. Excluído este efeito, a comparação trimestral apresentaria uma redução 6,3% já evidenciando em parte o resultado do Programa de Demissão Voluntária.

O **custo dos serviços prestados** no 2T13 foi 13,0% maior que o mesmo período do ano anterior devido a uma reversão de contingências realizada no 2T12, que reduziu a base de comparação, parcialmente compensada pela redução da VU-M ocorrida em abril/13. Excluindo estes efeitos o aumento seria de 5,7%, em função de maiores despesas com aluguel (impactada pela venda das torres), manutenção de rede (com foco em qualidade e aumento de cobertura), despesas com parcerias em dados (devido ao maior número de aplicativos oferecidos à nossa base), além do aumento com aluguel de última-milha para expansão da venda de serviços corporativos fixos fora do estado de São Paulo. A comparação trimestral manteve-se praticamente estável variando 0,3%.

O **custo das mercadorias vendidas** no 2T13 aumentou 33,8% em relação ao 2T12. A variação está associada à crescente venda de smartphones em função do aumento nas altas em planos pós e de dados, pela mudança de nosso modelo de vendas para o segmento de pequenas e médias empresas, além do maior volume de contratos corporativos com equipamentos associados.

Comentário do Desempenho

As **despesas de comercialização dos serviços** apresentaram aumento de 13,9% y-o-y, afetado pelo lançamento da marca Vivo ocorrido no 2T12. Quando excluimos este efeito a variação anual passa a 18,6% devido principalmente aos esforços comerciais realizados na fixa, com foco no crescimento, além do aumento da base móvel pós-paga, suportada por uma política comercial focada em geração de valor. O aumento anual em serviços de terceiros se deve aos maiores gastos com *call center* e propaganda, devido ao relançamento do DTH e esforços de aquisição e fidelização da base fixa, e pelo maior comissionamento decorrentes do maior volume de altas de clientes em planos pós-pagos e de dados móveis.

A **provisão para devedores duvidosos (PDD)** no 2T13 fechou em R\$ 199,0 milhões, mantendo o patamar de 1,6% da receita bruta total registrada no trimestre anterior, +0,3 p.p. se comparada a representatividade da conta no 2T12. A Companhia mantém rígido controle sobre as ações de cobrança e aprimoramento contínuo da concessão de crédito para manter os níveis de inadimplência controlados.

As **despesas gerais e administrativas** no 2T13 foram 10,9% menores que no 2T12, devido principalmente a economias observadas em gastos com aluguéis e manutenção predial.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram despesa de R\$ 61,2 milhões no 2T13 devido principalmente ao aumento de provisões para contingências inerentes ao negócio, parcialmente compensadas pela venda de torres no valor de R\$ 79,6 milhões.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O item **depreciação e amortização** apresentou aumento de 7,1% no comparativo anual. Essa variação está relacionada principalmente com a aceleração da depreciação de MMDS devido à descontinuidade desta tecnologia.

RESULTADO FINANCEIRO

Consolidado em R\$ milhões	2T13	1T13	Δ%	2T12	Δ%	6M13	6M12	Δ%
Resultado financeiro líquido	(73,3)	(16,7)	338,9	(66,5)	10,2	(90,0)	(129,7)	(30,6)
Receitas Financeiras	363,8	365,2	(0,4)	283,0	28,6	729,0	619,2	17,7
Juros de Aplicações Financeiras	178,0	202,4	(12,1)	41,4	330,0	380,4	117,4	224,0
Variações Monetárias e Cambiais	182,0	123,1	47,8	162,6	11,9	305,1	358,5	(14,9)
Outras Receitas com Operações Financeiras	23,8	39,7	(40,1)	79,0	(69,9)	63,5	143,3	(55,7)
(-) Pis e Cofins	(20,0)	-	n.d.	-	n.d.	(20,0)	-	n.d.
Despesas Financeiras	(437,1)	(381,9)	14,5	(349,5)	25,1	(819,0)	(748,9)	9,4
Despesas Financeiras	(226,8)	(212,8)	6,6	(192,4)	17,9	(439,6)	(414,4)	6,1
Variações Monetárias e Cambiais	(210,3)	(169,1)	24,4	(157,1)	33,9	(379,4)	(334,5)	13,4

No 2T13, as **despesas financeiras líquidas** aumentaram R\$ 6,8 milhões quando comparadas com o 2T12, em decorrência, principalmente, das despesas de PIS e Confins, em função de juros sobre capital próprio deliberados pela subsidiária Vivo S.A. em junho/13.

Capex

Consolidado em R\$ milhões	2T13	1T13	2T12	6M13	6M12
Rede	983.1	615.8	791.2	1,598.9	1,694.9
Tecnologia/Sist. Informação	130.0	56.2	196.9	186.2	279.3
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	139.2	36.0	155.4	175.3	333.8
Total	1,252.4	708.0	1,143.5	1,960.4	2,308.1
Capex / Receita operacional líquida	14.7%	8.3%	13.9%	11.5%	13.9%

O **Capex** total no trimestre somou R\$ 1.252,4 milhões, 9,5% superior ao mesmo período de 2012 com foco principalmente na expansão da fibra, na cobertura 3G e 4G, além da garantia da qualidade dos serviços.

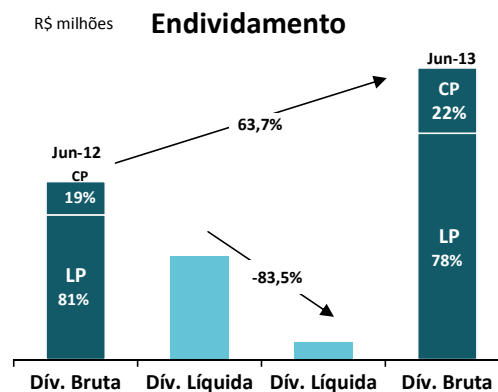
Além dos projetos mencionados continuamos focando nossos investimentos no aumento de capacidade para suportar o crescimento em serviços de dados.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 2T13 com uma **dívida bruta** de R\$ 8.991,0 milhões, sendo 19,0% denominada em moeda estrangeira. O aumento de 63,7% em relação ao 2T12 está relacionado principalmente às emissões de debêntures de R\$ 2,0 bilhões em setembro/12 e de R\$ 1,3 bilhões em abril/13.

A **dívida líquida** atingiu R\$ 523,6 milhões ao final do 2T13. Em relação ao 2T12, a dívida líquida registra uma redução de 83,5%, explicado principalmente pela geração de caixa da Companhia. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (*hedge*).



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, market share, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Controle acionário

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pertence ao Grupo Telefónica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Telefónica S.A., empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais.

b. Controladas

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía participações societárias em controladas diretas e indiretas (subsidiárias integrais) e entidades controladas em conjunto. A seguir, descrevemos algumas informações sobre as empresas investidas.

b.1) Controladas diretas e indiretas (subsidiárias integrais)

Vivo S.A. (Vivo): Tem como objeto a exploração do SMP, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

A. Telecom S.A. (ATelecom): Tem como objeto a gestão de prestação de serviços de telecomunicações e de instalação, operação e manutenção de soluções *internet*, *intranet* e *extranet*, representação comercial, agenciamento, intermediação e distribuição de bens, comercialização, representação, locação e manutenção de sistemas, equipamentos e aparelhos de telecomunicações e informática em geral, consultoria, serviços e suporte técnico para especificação, implantação e manutenção de novos sistemas de voz, dados e imagem, importação e exportação de bens e serviços úteis à consecução do objeto social e participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Telefônica Data S.A. (TData): Tem como objeto a prestação e exploração de serviços de telecomunicações, bem como a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados com a exploração de soluções empresariais integradas, consultoria em telecomunicações, atividades relacionadas à prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, locação e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações.

Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TST): Tem como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações em geral e *internet*.

Ajato Telecomunicações Ltda. (Ajato): Tem como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e de informática, comércio, locação, importação, exportação, manutenção e conserto para esses equipamentos.

Notas Explicativas

GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. (GTR-T): Tem como objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações.

TVA Sul Paraná S.A. (Sul Paraná): Tem como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e edição de periódicos.

Lemontree Participações S.A. (Lemontree): Tem como objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e gestão e comercialização de dados.

Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (CaTV): Tem como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura, assessoria e consultoria de telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e exploração de propaganda e publicidade em todas as modalidades.

b.2) Entidades controladas em conjunto

Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança): Empresa com sede em Amsterdã, Holanda, com participação de 50% da Telefônica Brasil, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010. Até 8 de maio de 2012, a Companhia possuía uma participação acionária na Zon Multimédia, empresa do grupo Portugal Telecom que presta serviço de TV por assinatura, *internet*, distribuição de conteúdos audiovisuais, cinema e telecomunicações. Tal participação foi alienada em 8 de maio de 2012.

Companhia AIX de Participações (AIX): Tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Companhia ACT de Participações (ACT): Tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

b.3) Participações Societárias

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas direta e indiretamente e entidades controladas em conjunto e o percentual de participação acionária em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2013

Investidas	Participação direta		Participação indireta		Participação Total
	Investidora	Participação	Investidora	Participação	
Subsidiárias integrais					
Vivo	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TData	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
ATelecom	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TST	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
Ajato	-	-	TSTV	100,00%	100,00%
GTR-T	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
Sul Paraná (a)	Telefônica Brasil	83,88%	GTR-T	16,12%	100,00%
Lemontree	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
CaTV (a)	Telefônica Brasil	89,74%	Lemontree	10,26%	100,00%
Entidades controladas em conjunto					
Aliança	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%
AIX	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%
ACT	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%

(a) As alterações nas participações societárias decorrem de aportes de capital efetuados pela Companhia na TVA Sul e Comercial Cabo em abril de 2013, nos montantes de R\$3.000 e R\$68.000, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012

Investidas	Participação direta		Participação indireta		Participação Total
	Investidora	Participação	Investidora	Participação	
Subsidiárias integrais					
Vivo	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TData	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
ATelecom	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TST	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
Ajato	-	-	TSTV	100,00%	100,00%
GTR-T	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
Sul Paraná	Telefônica Brasil	79,29%	GTR-T	20,71%	100,00%
Lemontree	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
CaTV	Telefônica Brasil	78,48%	Lemontree	21,52%	100,00%
Entidades controladas em conjunto					
Aliança	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%
AIX	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%
ACT	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%

c. Operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados, no Estado de São Paulo, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações, respectivamente. Suas controladas também possuem autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (PGO/2008) e de outros serviços de telecomunicações, tais como: comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga (Serviço de Comunicação Multimídia – SCM) e serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP), em todo o país, e serviços de TV por assinatura (Serviço de Acesso Condicionado), sendo (i) via satélite em todo país; (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, até dezembro de 2013, em decorrência de renúncia assinada pela Companhia, cujos efeitos passam a vigorar a partir de 18 meses contados desde 5 de junho de 2012, como condição para participação no leilão 4G, ocorrido nos dias 12 e 13 de junho de 2012; e (iii) por cabo nas cidades de São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

Notas Explicativas

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (notas 1.c.1 e 1.c.2). Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

c.1) Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso, e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 2020. Esta condição permite à ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$6.967.852 (R\$6.911.508 em 31 de dezembro de 2012), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

c.2) Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

A Vivo possui autorizações para a prestação do SMP, que também é regulado pela ANATEL.

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências são as mesmas da nota 1.b2 – “Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel”, divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

c.3) Reestruturação Societária

Visando a simplificação da estrutura organizacional atual da Companhia, a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos por suas subsidiárias e a concentração da prestação desses serviços em duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral, TData, a Companhia protocolou na ANATEL, em 15 de março de 2012, pedido de anuência prévia de reestruturação societária, que se tornou legalmente viável em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias de STFC através da Lei nº 12.485.

A referida reestruturação societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 3.043, de 27 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de maio de 2013, com as condicionantes nele previstas.

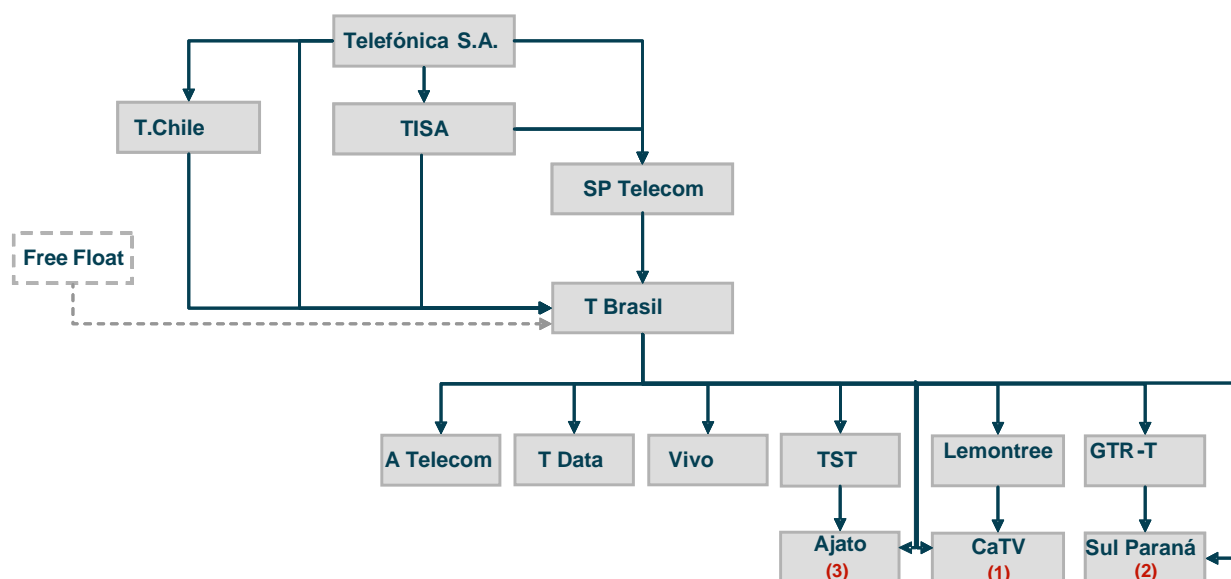
Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de junho de 2013, foram aprovados os termos e condições da reestruturação societária envolvendo subsidiárias integrais e sociedades controladas da Companhia.

A reestruturação societária será realizada por meio de cisões e incorporações das subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de modo que as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo a prestação de Serviços de Valor Adicionado conforme definido no art. 61 da LGT (tais atividades, conjuntamente e genericamente, designadas SVAs), prestadas pelas diversas subsidiárias integrais/controladas serão concentradas na TData e os serviços de telecomunicação serão unificados na Companhia.

As cisões parciais ou totais conforme o caso e a incorporação dos acervos líquidos das sociedades envolvidas ocorrerão todos na mesma data e com a mesma data base (30 de abril de 2013), conforme segue: a Companhia incorporará (i) o acervo líquido cindido da TData, advindo de sua cisão parcial, correspondente às atividades relacionadas à prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM); (ii) o acervo líquido cindido da Vivo, advindo de sua cisão total, correspondente à exploração do SMP, do SCM e do STFC nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do PGO; (iii) o acervo líquido cindido da ATelecom, advindo de sua cisão total, correspondente às atividades relacionadas à prestação do Serviço de Acesso Condicionado (SEAC) (por meio da tecnologia DTH) e do SCM; e (iv) a TST, que passará a concentrar antes de sua incorporação pela Companhia, as atividades relacionadas à prestação do SEAC e do SCM.

O organograma simplificado reproduzido a seguir, demonstra a estrutura societária antes da reestruturação societária:

Notas Explicativas



(1) Controle atual exercido pela T Brasil, com 89,74% das ações ON

(2) Controle atual exercido pela T Brasil, com 83,88% das ações ON

(3) Controle atual exercido pela TST, com 99,99% das ações ON

A seguir, descrevemos resumidamente as etapas das cisões e incorporações das sociedades envolvidas no processo de reestruturação societária da Companhia.

- Incorporação da Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná pela TST:** Imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, mas na mesma data, a TST incorporará sua controlada Ajato e as sociedades Lemontree e a GTR-T, subsidiárias integrais da Companhia e as respectivas controladas destas, Sul Paraná e CaTV. Estas sociedades foram avaliadas nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da TST e sua incorporação acarretará um aumento de capital de R\$102.512 na TST, tudo nos termos do Protocolo de Incorporação destas sociedades e a própria TST. Com as incorporações pela TST, a Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná serão extintas. Exceto pela Companhia e pela própria TST, as sociedades mencionadas acima não possuem qualquer acionista e, portanto, a incorporação destas sociedades não acarretará qualquer direito de reembolso ou proteção a acionistas não controladores das sociedades envolvidas.
- Incorporação da TST pela Companhia:** A TST foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013. Considerando a incorporação da Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná pela TST imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, o valor total do acervo líquido da TST (correspondente à soma dos acervos líquidos da própria TST e os acervos líquidos das sociedades por ela incorporadas), a ser incorporado pela Companhia será de R\$226.583.

Notas Explicativas

- Incorporação do acervo líquido cindido da TData: A TData será cindida, de modo a segregar de seu patrimônio líquido o acervo relacionado à prestação do SCM. A parcela do acervo líquido da TData a ser incorporada pela Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor do acervo líquido a ser cindido da TData em R\$34.724.
- Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da Vivo: A Vivo será cindida de forma total, de modo a segregar as atividades de exploração do SMP, SCM e STFC, nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do PGO, cujo acervo líquido será incorporado pela Companhia. Os SVAs e outros serviços que não sejam considerados serviços de telecomunicação serão incorporados pela TData, sendo a Vivo extinta. A parcela do acervo líquido da Vivo a ser vertido à Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R\$10.228.352.
- Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da ATelecom: A ATelecom será cindida de forma total, de modo a segregar o acervo líquido relativo aos SVAs prestados pela ATelecom, que será incorporado pela TData. O acervo líquido das atividades remanescentes da ATelecom será incorporado pela Companhia, sendo a ATelecom extinta. A parcela do acervo líquido da ATelecom a ser vertido à Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R\$348.624.

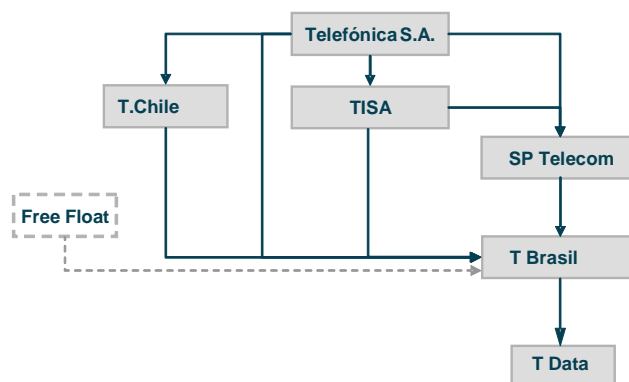
As pretendidas incorporações das sociedades e de acervos líquidos descritos anteriormente não resultarão em aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia, de modo que a reestruturação societária não acarretará qualquer alteração nas participações acionárias atuais dos acionistas da Companhia.

Não há, também, que se falar em substituição de ações de acionistas não controladores das cindidas por ações da incorporadora, dado que a Companhia é ou será, no momento da incorporação dos acervos e/ou sociedades conforme o caso, a única acionista das sociedades a serem cindidas/incorporadas. Desta forma, não será produzido laudo de avaliação do patrimônio líquido a preço de mercado para cálculo da relação de substituição das ações de acionistas não controladores de que trata o art. 264 da Lei nº 6.404/76 e art. 2º, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 319/99, conforme recentes entendimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já demonstrados nas consultas formuladas em reestruturações semelhantes e conforme mencionado na Deliberação CVM nº 559, de 18 de novembro de 2008.

Notas Explicativas

As incorporações das sociedades e parcelas cindidas conforme descritas anteriormente serão efetuadas sem solução de continuidade em relação às operações e aos serviços de telecomunicações por ela prestados aos seus clientes, sendo tais serviços sucedidos integralmente pela Companhia.

Conforme já mencionado anteriormente, a implementação da reestruturação societária resultará na extinção da Vivo, ATelecom, TST, Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná e o organograma será representado da seguinte forma:



d. Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). É também registrada na Securities and Exchange Commission (SEC), dos Estados Unidos da América, e suas *American Depositary Shares* (ADS's) nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE).

d.1) Ações negociadas na BM&F Bovespa

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

Em Assembleia Geral e Extraordinária (AGE) de 3 de outubro de 2011 da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telecomunicações de São Paulo S.A. (Telesp), foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil.

d.2) Ações negociadas na NYSE

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADS's na NYSE, que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADS representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADS's com o código "VIV", na NYSE.
- Banco depositário no exterior: *Citibank N.A.*
- Banco custodiante no Brasil: *Citibank N.A.*

Notas Explicativas

e. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália (Ato nº 3.804 de 07 de julho de 2009 e ao Ato nº 68.276 de 31 de outubro de 2007, ambos do Conselho Diretor da ANATEL)

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefónica S.A. detém o controle da Companhia que, por sua vez, é controladora da Vivo. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. (TIM), empresa de telefonia celular no Brasil. Entretanto a Telefónica S.A. e a Companhia não têm envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia e as controladas e a TIM são transações normais do negócio de telefonia, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de junho de 2013 com 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 16 de julho de 2013, autorizou a emissão destas informações trimestrais, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de julho de 2013.

As ITRs individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As ITRs consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, descritos a seguir:

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC), que não causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas ITRs:

Notas Explicativas

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou reciclados) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas emendas não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (Revisado em 2011): Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Venture* passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta emenda não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

IFRS 1 – Empréstimos do Governo (Revisões da IFRS 1): Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. As revisões entraram em vigor para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas revisões não causa impactos sobre a Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Revisões da IFRS 7): Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia efetuou análise da referida norma e não identificou impactos significativos sobre as informações trimestrais.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias: Esta revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC), que causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas ITRs:

A IFRS 11 substituiu o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto (ECC) - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. A IFRS 11 eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma teve impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da Aliança, AIX e ACT. Com a aplicação da norma, os investimentos nas empresas citadas foram contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta entrou em vigor para exercícios anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

Notas Explicativas

Para facilitar o entendimento dos efeitos decorrentes da aplicação desta norma, a seguir apresentamos as informações consolidadas do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e da demonstração de resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 com os devidos ajustes e algumas reclassificações efetuadas para melhor apresentação das informações consolidadas.

	Balanço patrimonial divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanço patrimonial de 31.12.12., divulgado em 30.06.13
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.196.079	(62.594)	7.133.485
Contas a receber, líquidas	5.513.436	(1.164)	5.512.272
Estoques	387.809	-	387.809
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	1.140	1.140
Tributos a recuperar	2.052.423	(2)	2.052.421
Depósitos e bloqueios judiciais	126.625	-	126.625
Operações com derivativos	41.109	-	41.109
Despesas antecipadas	248.337	-	248.337
Outros ativos	706.124	(141)	705.983
Total do ativo circulante	16.271.942	(62.761)	16.209.181
Não circulante			
Aplicações financeiras em garantia	109.708	-	109.708
Contas a receber, líquidas	93.378	-	93.378
Tributos a recuperar	738.965	-	738.965
Tributos diferidos	1.029.598	(1.710)	1.027.888
Depósitos e bloqueios judiciais	3.909.474	(206)	3.909.268
Operações com derivativos	286.278	-	286.278
Despesas antecipadas	31.396	-	31.396
Outros ativos	140.105	(47.797)	92.308
Investimentos	23.683	119.198	142.881
Imobilizado, líquido	17.610.851	(6.707)	17.604.144
Intangível, líquido	30.009.289	(3.592)	30.005.697
Total do ativo não circulante	53.982.725	59.186	54.041.911
Total do ativo	70.254.667	(3.575)	70.251.092

Notas Explicativas

	Balanco patrimonial divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanco patrimonial de 31.12.12., divulgado em 30.06.13
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	416.355	(103)	416.252
Fornecedores	5.889.377	(309)	5.889.068
Impostos, taxas e contribuições	1.781.480	(230)	1.781.250
Empréstimos e financiamentos	1.255.323	-	1.255.323
Debêntures	702.215	-	702.215
Dividendos e juros sobre o capital próprio	467.831	-	467.831
Provisões	496.790	-	496.790
Operações com derivativos	29.586	-	29.586
Receita diferida	734.573	-	734.573
Grupamento de frações de ações	389.510	-	389.510
Licença de autorização	994.977	-	994.977
Outras obrigações	379.454	(37)	379.417
Total do passivo circulante	13.537.471	(679)	13.536.792
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições	488.749	-	488.749
Tributos diferidos	1.216.651	-	1.216.651
Empréstimos e financiamentos	3.756.001	-	3.756.001
Debêntures	2.253.690	-	2.253.690
Provisões (a)	3.846.899	(393.262)	3.453.637
Obrigações com planos de benefícios pós emprego (a)	-	392.269	392.269
Operações com derivativos	26.545	-	26.545
Receita diferida	303.362	-	303.362
Outras obrigações	144.179	(1.903)	142.276
Total do passivo não circulante	12.036.076	(2.896)	12.033.180
Patrimônio líquido	44.681.120	-	44.681.120
Total do passivo e patrimônio líquido	70.254.667	(3.575)	70.251.092

(a) Os montantes de passivo atuarial de planos de benefícios pós emprego foram reclassificados de "Provisões" para uma linha específica "Obrigações com planos de benefícios pós emprego".

	Demonstração de resultados do 2T12, divulgada em 30.06.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Demonstração de resultados do 2T12, divulgada em 30.06.13
Receita operacional líquida	16.557.810	(6.090)	16.551.720
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas (a)	(8.082.834)	(31.038)	(8.113.872)
Lucro bruto	8.474.976	(37.128)	8.437.848
Despesas com comercialização (a)	(4.338.719)	30.018	(4.308.701)
Despesas gerais e administrativas	(1.107.819)	5.468	(1.102.351)
Outras receitas operacionais, líquidas	241.084	(731)	240.353
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.224	1.224
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	3.269.522	(1.149)	3.268.373
Receitas financeiras	619.449	(232)	619.217
Despesas financeiras	(748.932)	-	(748.932)
Lucro antes dos tributos	3.140.039	(1.381)	3.138.658
Imposto de renda e contribuição social	(1.097.889)	1.381	(1.096.508)
Lucro líquido do período	2.042.150	-	2.042.150

(a) O montante de R\$30.018 refere-se a valores de *co-billing*, que foram reclassificados entre "Custo dos Serviços Prestados" e "Despesas com Comercialização".

Notas Explicativas

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC) ainda não em vigor em 30 de junho de 2013

IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões do IAS 32: Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial e passam a vigorar para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração: A norma IFRS 9, conforme emitida reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS 39. A norma inicialmente vigorou para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS 9 Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Caixa e contas bancárias	25.383	18.398	77.712	94.304
Aplicações financeiras	4.342.107	3.060.884	7.701.487	7.039.181
Total	4.367.490	3.079.282	7.779.199	7.133.485

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em garantia a empréstimos e processos judiciais nos montantes de R\$253.472 e R\$110.719 no ativo circulante e não circulante, respectivamente. O montante do circulante refere-se a aplicação que a Vivo possui, com possibilidade de resgate antecipado a qualquer momento até o seu vencimento em 7 de novembro de 2013.

Notas Explicativas**4. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Valores faturados	1.664.911	1.622.311	4.241.334	4.032.169
Valores a faturar	693.258	804.965	1.549.025	1.675.091
Valores de interconexão	447.411	338.014	990.720	977.644
Contas a receber bruto	2.805.580	2.765.290	6.781.079	6.684.904
Provisão para redução ao valor recuperável	(661.584)	(614.566)	(1.200.765)	(1.079.254)
Total	2.143.996	2.150.724	5.580.314	5.605.650
Circulante	2.143.996	2.150.724	5.355.643	5.512.272
Não circulante	-	-	224.671	93.378

Em 30 de junho de 2013, o saldo consolidado das contas a receber não circulante, inclui R\$124.572 referente ao novo modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses.

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Avencer	1.303.970	1.395.227	4.226.588	4.297.961
Vencidas – 1 a 30 dias	391.793	377.142	735.908	718.838
Vencidas – 31 a 60 dias	114.030	113.042	215.617	218.930
Vencidas – 61 a 90 dias	62.375	51.107	126.893	188.835
Vencidas – 91 a 120 dias	38.109	27.955	65.714	60.648
Vencidas – mais de 120 dias	233.719	186.251	209.594	120.438
Total	2.143.996	2.150.724	5.580.314	5.605.650

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

As movimentações da provisão para redução ao valor recuperável, são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	(614.566)	(1.079.254)
Ingressos (nota 24)	(154.474)	(402.103)
Baixas	107.456	280.592
Saldo em 30.06.13	(661.584)	(1.200.765)

A controlada A.Telecom possui o produto “Soluciona TI” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto como arrendamento mercantil financeiro. Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

A controlada Vivo implementou um novo modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses.

Notas Explicativas

O saldo consolidado das contas a receber referente às transações descritas acima, contempla os seguintes efeitos:

	30.06.13	31.12.12
Valor presente dos valores a receber	455.632	294.245
Receita financeira não realizada	18.001	7.757
Saldo bruto a receber	473.633	302.002
Provisão para redução ao valor recuperável	(96.085)	(86.648)
Saldo líquido a receber	377.548	215.354
Circulante	152.877	121.976
Não circulante	224.671	93.378

O cronograma de vencimentos em 30 de junho de 2013 é como segue:

	Contas a receber, brutas	Valor presente
A vencer até um ano	230.961	230.961
A vencer até cinco anos	242.672	224.671
Total	473.633	455.632

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Materiais para consumo	42.469	39.641	63.390	59.417
Materiais para revenda (a)	5.835	5.835	500.522	380.163
Outros estoques	3.685	3.835	3.823	4.005
Total bruto	51.989	49.311	567.735	443.585
Provisão para redução ao valor realizável e obsolescência	(24.974)	(24.908)	(64.932)	(55.776)
Total	27.015	24.403	502.803	387.809

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	(24.908)	(55.776)
Adições	(2.685)	(82.088)
Reversões	2.619	72.932
Saldo em 30.06.13	(24.974)	(64.932)

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os valores da provisão para redução ao valor realizável e obsolescência estão demonstrados na nota 23.

Notas Explicativas

6. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

6.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Impostos e contribuições retidos na fonte	151.902	106.693	177.232	141.620
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	124.404	453.933	268.555	528.109
ICMS (a)	368.965	366.211	1.638.395	1.631.088
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06 (b)	120.202	178.535	218.750	288.520
PIS e COFINS	39.642	39.265	112.237	148.092
Outros	8.499	6.916	38.452	53.957
Total	813.614	1.151.553	2.453.621	2.791.386
Circulante	529.295	602.328	1.969.172	2.052.421
Não circulante	284.319	549.225	484.449	738.965

- (a) Inclui créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.
- (b) Refere-se ao pedido de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram canceladas posteriormente.

6.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Ativo diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	137.596	21.290	321.381	21.290
Crédito fiscal incorporado (b)	3.154	9.461	3.154	9.461
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	870.391	805.557	1.229.257	1.104.065
Planos de benefícios pós emprego	131.400	126.605	138.478	133.371
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	109.144	93.442	235.033	169.434
Provisão para desmobilização, perdas e alienação de ativos	9.035	7.467	233.654	210.107
Participação nos resultados	21.967	34.888	46.913	62.218
Depreciação acelerada contábil	136.011	128.070	238.327	421.768
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	8.491	8.469	21.628	13.951
Provisão para programa de fidelização	-	-	30.470	28.168
Operações com derivativos	15.794	26.522	36.813	42.922
Fornecedores e outras provisões	107.460	62.314	275.737	290.199
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	34.816	81.926	34.816	134.460
Total do ativo diferido	1.585.259	1.406.011	2.845.661	2.641.414

Notas Explicativas

Passivo diferido				
Crédito fiscal incorporado (b)	(303.524)	(269.514)	(303.524)	(269.514)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Lei da Inovação tecnológica	(192.885)	(209.185)	(407.299)	(416.700)
Variação cambial	-	(3.383)	-	(3.383)
Carteira de clientes	(504.127)	(546.383)	(504.127)	(546.383)
Marcas e patentes	(493.863)	(508.178)	(493.863)	(508.178)
Licença	(559.829)	(399.878)	(559.829)	(399.878)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(456.632)	(344.927)	(456.632)	(344.927)
Ágios da Vivo Part.	(373.617)	(266.870)	(373.617)	(266.870)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(66.786)	(74.344)	(73.535)	(74.344)
Total do passivo diferido	(2.951.263)	(2.622.662)	(3.172.426)	(2.830.177)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(1.366.004)	(1.216.651)	(326.765)	(188.763)
Total do ativo diferido líquido, não circulante	-	-	1.045.989	1.027.888
Total do passivo diferido líquido, não circulante	(1.366.004)	(1.216.651)	(1.372.754)	(1.216.651)

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- a) **Prejuízo fiscal e base negativa:** representa o montante registrado, pela Companhia e controladas, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais pela Companhia e suas controladas decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e suas controladas que indicasse a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

	Controladora			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.12	48.264	102.486	150.750	930.409	997.434	1.927.843
Crédito fiscal (25% + 9%)	12.066	9.224	21.290	232.602	89.769	322.371
Crédito fiscal reconhecido	12.066	9.224	21.290	12.066	9.224	21.290
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	220.536	80.545	301.081
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 30.06.13	379.808	473.827	853.635	920.255	1.014.633	1.934.888
Crédito fiscal (25% + 9%)	94.952	42.644	137.596	230.064	91.317	321.381
Crédito fiscal reconhecido	94.952	42.644	137.596	230.064	91.317	321.381

- b) **Crédito fiscal incorporado:** representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- c) **IR e CS sobre diferenças temporárias:** a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

As movimentações do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos são demonstradas a seguir:

Ativo Diferido	Controladora			Consolidado		
	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total
Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	21.290	1.384.721	1.406.011	21.290	2.620.124	2.641.414
Adições	116.306	114.704	231.010	300.091	380.114	680.205
Baixas e realizações	-	(51.762)	(51.762)	-	(475.958)	(475.958)
Saldo em 30.06.13	137.596	1.447.663	1.585.259	321.381	2.524.280	2.845.661

Notas Explicativas

<u>Passivo Diferido</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.12	(2.622.662)	(2.830.177)
Adições	(412.924)	(431.821)
Baixas e realizações	84.323	89.572
Saldo em 30.06.13	(2.951.263)	(3.172.426)

7. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12 - Reapresentado</u>
Depósitos judiciais				
Trabalhista	899.603	830.081	1.020.197	933.866
Tributário	1.597.476	1.549.738	2.310.060	2.182.513
Cível	690.323	667.646	913.318	866.668
Total	3.187.402	3.047.465	4.243.575	3.983.047
Bloqueios judiciais	9.336	20.791	40.212	52.846
Total	3.196.738	3.068.256	4.283.787	4.035.893
Circulante	-	-	131.823	126.625
Não Circulante	3.196.738	3.068.256	4.151.964	3.909.268

b) Movimentação

	<u>Controladora</u>				
	<u>Trabalhista</u>	<u>Tributário</u>	<u>Cível</u>	<u>Bloqueio Judicial</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.12 no ativo não circulante	830.081	1.549.738	667.646	20.791	3.068.256
Ingressos	93.848	7.633	12.000	23.460	136.941
Baixas/reversões	(52.976)	-	(10.093)	(16.996)	(80.065)
Atualização monetária	15.461	40.105	16.040	-	71.606
Transferências	13.189	-	4.730	(17.919)	-
Saldos em 30.06.13 no ativo não circulante	899.603	1.597.476	690.323	9.336	3.196.738
	<u>Consolidado</u>				
	<u>Trabalhista</u>	<u>Tributário</u>	<u>Cível</u>	<u>Bloqueio Judicial</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	933.866	2.182.513	866.668	52.846	4.035.893
Ingressos	111.244	113.500	24.673	34.335	283.752
Baixas/reversões	(58.774)	(22.764)	(18.737)	(23.449)	(123.724)
Atualização monetária	19.960	35.534	32.372	-	87.866
Transferências	13.901	1.277	8.342	(23.520)	-
Saldos em 30.06.13	1.020.197	2.310.060	913.318	40.212	4.283.787
Circulante	43.700	13.984	49.789	24.350	131.823
Não Circulante	976.497	2.296.076	863.529	15.862	4.151.964

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante de R\$1.597.476 (R\$1.549.738 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$2.310.060 (R\$2.182.513 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado. Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

Notas Explicativas

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Vivo está envolvida em discussões judiciais que envolvem: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 30 de junho de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$19.835 (R\$62.924 em 31 de dezembro de 2012).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

A Companhia e suas controladas têm questionamentos administrativos e judiciais, visando afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de junho de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$5.111 (R\$5.038 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$140.367 (R\$136.211 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de junho de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$840.367 (R\$818.502 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte (operadoras fixas); (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (operadoras móveis); e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 30 de junho de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$49.841 (R\$48.759 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$59.505 (R\$58.367 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Notas Explicativas

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; e (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento – débitos do Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF).

Em 30 de junho de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$24.686 (R\$24.095 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$27.330 (R\$25.422 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e suas controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de junho de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$36.904 (R\$34.765 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$495.794 (R\$370.026 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de anular lançamento decorrente da cobrança de SAT e verbas de terceiros sobre pagamentos de "Indenização Compensatória por Supressão de Benefícios" em razão da supressão, por Acordo Coletivo de Trabalho de 1996/1997 e 1998/1999 e diferencial de alíquota de SAT (1% para 3% de seguro de acidente de trabalho).

Em 30 de junho de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$93.499 (R\$91.915 em 31 de dezembro de 2012).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não recolher os adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

Em 30 de junho de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$68.295 (R\$66.386 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 30 de junho de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$50.357 (R\$49.355 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e suas controladas ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST nas operadoras fixas e não inclusão das receitas de ITX e EILD na base de cálculo do FUST nas operadoras móveis, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Em 30 de junho de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$346.709 (R\$330.331 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$359.345 (R\$341.403 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Part., (incorporada posteriormente pela Companhia), foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central do Brasil para conversão de empréstimo externo em investimento.

Em 30 de junho de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$21.186 (R\$20.899 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 30 de junho de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$166 (R\$168 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$37.305 (R\$34.235 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$60.355 (R\$59.525 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$96.875 (R\$106.868 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Taxa fistel (a)	-	-	521.640	-
Ônus de renovação de licenças	38.498	-	50.136	-
Propaganda e publicidade	3.801	817	120.874	173.688
Alugueis	17.600	8.738	54.574	31.207
Seguros	2.653	4.731	4.551	10.705
Manutenção de software e rede	50.033	4.496	61.705	7.872
Encargos financeiros	-	-	4.540	3.247
Impostos, taxas e contribuições	14.514	343	18.244	1.654
Outras	11.687	7.485	22.162	19.964
Total circulante	138.786	26.610	858.426	248.337
Alugueis	10.091	11.795	17.227	20.000
Seguros	2.310	3.144	3.449	3.545
Encargos financeiros	-	-	3.164	3.905
Outras	1.381	1.781	3.090	3.946
Total não circulante	13.782	16.720	26.930	31.396

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2013 que foram pagos em março de 2013 e serão amortizados até o final do exercício.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Adiantamentos a empregados e fornecedores	46.780	70.888	76.851	97.152
Créditos com partes relacionadas	117.733	95.916	36.481	38.033
Subsídio na venda de aparelhos celulares	-	-	45.358	53.756
Crédito com fornecedores	24.999	16.930	125.702	479.283
Outros valores a realizar	14.663	14.711	26.080	37.759
Total circulante	204.175	198.445	310.472	705.983
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.020	-	-	-
Superávit plano de pensão	18.403	17.595	49.909	48.048
Crédito com fornecedores	31.489	-	31.489	-
Créditos com partes relacionadas	88.252	34.643	21.197	20.118
Outros valores a realizar	23.187	23.349	23.874	24.142
Total não circulante	201.351	75.587	126.469	92.308

10. INVESTIMENTOS

A seguir demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas da Companhia.

Notas Explicativas**a) Informações das investidas – Subsidiárias Integrais**

	Em 30 de junho de 2013							
	Vivo	TData	ATelecom	TSTV	TVA Sul	Lemontree	Comercial Cabo	GTR-T
Ativo								
Circulante	9.639.169	321.185	512.319	16.116	2.588	9	61.245	757
Não circulante	12.861.509	357.104	484.097	134.436	51.382	8.941	174.572	2.242
Total do ativo	22.500.678	678.289	996.416	150.552	53.970	8.950	235.817	2.999
Passivo								
Circulante	7.884.478	237.693	239.370	25.760	6.312	434	94.939	9
Não circulante	4.895.399	42.172	65.387	14.579	33.752	19	56.596	-
Patrimônio líquido	9.720.801	398.424	691.659	110.213	13.906	8.497	84.282	2.990
Total do passivo	22.500.678	678.289	996.416	150.552	53.970	8.950	235.817	2.999

	Em 31 de dezembro de 2012							
	Vivo	TData	ATelecom	TSTV	TVA Sul	Lemontree	Comercial Cabo	GTR-T
Ativo								
Circulante	9.877.926	358.299	498.074	40.087	2.178	6	25.435	801
Não circulante	13.263.918	140.763	414.985	160.603	41.327	11.835	167.688	1.074
Total do ativo	23.141.844	499.062	913.059	200.690	43.505	11.841	193.123	1.875
Passivo								
Circulante	8.213.367	174.535	218.126	34.818	9.522	437	117.652	14
Não circulante	4.887.981	19.191	54.165	2.744	28.798	-	21.830	-
Patrimônio líquido	10.040.496	305.336	640.768	163.128	5.185	11.404	53.641	1.861
Total do passivo	23.141.844	499.062	913.059	200.690	43.505	11.841	193.123	1.875

	Vivo	TData	ATelecom	TSTV	TVA Sul	Lemontree	Comercial Cabo	GTR-T
Lucro líquido (prejuízo)								
Em 30 de junho de 2013	1.740.186	93.482	50.927	(52.915)	4.908	(2.957)	(31.383)	1.129
Em 30 de junho de 2012	1.730.489	(68.010)	4.605	(25.415)	(2.264)	(7.166)	(12.332)	(539)

b) Informações das investidas – Controladas em Conjunto

	Em 30 de junho de 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
	Aliança	AIX	ACT	Aliança	AIX	ACT
Ativo						
Circulante	125.010	16.044	10	116.322	13.414	10
Não circulante	-	113.426	-	-	120.024	-
Total do ativo	125.010	129.470	10	116.322	133.438	10
Passivo						
Circulante	2.160	3.214	2	2.302	3.280	-
Não circulante	-	6.054	-	-	5.792	-
Patrimônio líquido	122.850	120.202	8	114.020	124.366	10
Total do passivo	125.010	129.470	10	116.322	133.438	10

	Aliança	AIX	ACT
Lucro líquido (prejuízo)			
Em 30 de junho de 2013	44	(4.164)	(2)
Em 30 de junho de 2012	1.522	928	(4)

Notas Explicativas

c) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Saldos em 30.06.13
Participações	11.328.398	71.050	1.801.316	(2.058.833)	(518)	11.141.413
Subsidiárias integrais	11.209.200	71.050	1.803.377	(2.058.833)	(4.911)	11.019.883
A. Telecom S.A.	640.768	-	50.927	-	(36)	691.659
Telefônica Data S.A.	305.336	-	93.482	-	(394)	398.424
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	163.128	-	(52.915)	-	-	110.213
Vivo S.A.	10.040.496	-	1.740.186	(2.058.833)	(1.048)	9.720.801
GTR Participações e Empreendimentos S.A	1.861	-	1.129	-	-	2.990
Lemontree Participações S.A.	11.404	50	(2.957)	-	-	8.497
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	42.096	68.000	(31.383)	-	(3.078)	75.635
TVA Sul Paraná S.A.	4.111	3.000	4.908	-	(355)	11.664
Entidades controladas em conjunto	119.198	-	(2.061)	-	4.393	121.530
Aliança Atlântica Holding B.V. (a)	57.010	-	22	-	4.393	61.425
Companhia AIX de Participações (a)	62.183	-	(2.082)	-	-	60.101
Companhia ACT de Participações (a)	5	-	(1)	-	-	4
Ágios	10.208.980	-	-	-	-	10.208.980
Outras participações	23.683	-	-	(12.425)	(7)	11.251
Outros investimentos (a)	23.683	-	-	(12.425)	(7)	11.251
Total de investimentos na controladora	21.561.061	71.050	1.801.316	(2.071.258)	(525)	21.361.644
Aliança Atlântica Holding B.V. (a)	57.010	-	22	-	4.393	61.425
Companhia AIX de Participações (a)	62.183	-	(2.082)	-	-	60.101
Companhia ACT de Participações (a)	5	-	(1)	-	-	4
Outros investimentos (a)	23.683	-	-	(12.425)	(7)	11.251
Total de investimentos no consolidado	142.881	-	(2.061)	(12.425)	4.386	132.781

(a) Investimentos avaliados a valor justo.

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) Composição

Em 30 de junho de 2013:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.838.392	(10.593.771)	1.244.621	15.733.206	(13.501.036)	2.232.170
Equipamentos e meios de transmissão	20.910.003	(16.395.259)	4.514.744	31.478.572	(24.274.456)	7.204.116
Equipamentos terminais/modems	5.618.221	(4.508.794)	1.109.427	10.249.002	(8.780.062)	1.468.940
Infraestrutura	8.561.955	(6.130.991)	2.430.964	13.254.032	(9.360.150)	3.893.882
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	1.106.941	(848.063)	258.878
Outros	1.489.805	(1.326.959)	162.846	3.698.334	(2.966.940)	731.394
Provisões para perda	(19.033)	-	(19.033)	(23.871)	-	(23.871)
Bens e instalações em andamento	608.147	-	608.147	1.319.573	-	1.319.573
Total	49.007.490	(38.955.774)	10.051.716	76.815.789	(59.730.707)	17.085.082

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado - Reapresentado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.688.628	(10.459.546)	1.229.082	15.533.267	(13.282.873)	2.250.394
Equipamentos e meios de transmissão	20.514.733	(16.165.541)	4.349.192	30.733.907	(23.667.500)	7.066.407
Equipamentos terminais/modems	5.293.989	(4.219.074)	1.074.915	9.887.923	(8.319.035)	1.568.888
Infraestrutura	8.620.997	(6.103.762)	2.517.235	13.303.406	(9.041.716)	4.261.690
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	1.054.592	(861.018)	193.574
Outros	1.378.888	(1.224.644)	154.244	3.669.065	(2.863.220)	805.845
Provisões para perda	(14.262)	-	(14.262)	(19.073)	-	(19.073)
Bens e instalações em andamento	709.857	-	709.857	1.476.419	-	1.476.419
Total	48.192.830	(38.172.567)	10.020.263	75.639.506	(58.035.362)	17.604.144

Notas Explicativas

b) Movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas	Depreciação (c)	Saldo em 30.06.13
Equipamentos de comutação	1.229.082	19.810	-	129.955	(134.226)	1.244.621
Equipamentos e meios de transmissão	4.349.192	174.176	(5.796)	241.763	(244.591)	4.514.744
Equipamentos terminais/modens	1.074.915	324.298	3.342	169	(293.297)	1.109.427
Infraestrutura	2.517.235	28.482	(10.684)	26.318	(130.387)	2.430.964
Outros	154.244	13.753	(682)	25.224	(29.693)	162.846
Provisões para perda (a)	(14.262)	(5.475)	704	-	-	(19.033)
Bens e instalações em andamento	709.857	325.378	(3.659)	(423.429)	-	608.147
Total	10.020.263	880.422	(16.775)	-	(832.194)	10.051.716

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	Adições	Baixas líquidas (a)	Transferências líquidas (b)	Depreciação (c)	Saldo em 30.06.13
Equipamentos de comutação	2.250.394	19.932	-	214.286	(252.442)	2.232.170
Equipamentos e meios de transmissão	7.066.407	203.722	(14.475)	599.607	(651.145)	7.204.116
Equipamentos terminais/modens	1.568.888	398.382	3.272	(147)	(501.455)	1.468.940
Infraestrutura	4.261.690	40.823	(11.425)	(42.199)	(355.007)	3.893.882
Materiais e equipamentos de televisão	193.574	52.349	-	78.871	(65.916)	258.878
Outros	805.845	11.569	(376)	36.574	(122.218)	731.394
Provisões para perda (a)	(19.073)	(5.475)	677	-	-	(23.871)
Bens e instalações em andamento	1.476.419	810.439	(5.764)	(961.521)	-	1.319.573
Total	17.604.144	1.531.741	(28.091)	(74.529)	(1.948.183)	17.085.082

- (a) A Companhia e suas controladas reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (b) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se a transferências entre o imobilizado e intangível.
- (c) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 23, 24 e 25.

c) Taxas de depreciação

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, os ativos imobilizados foram depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 14,29
Equipamentos terminais/modens	10,00 a 66,67
Infraestrutura	4,00 a 66,67
Materiais e equipamentos de televisão	8,00 a 20,00
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante de R\$91.007 (R\$150.194 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$187.094 (R\$235.847 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

Notas Explicativas**12. INTANGÍVEL LÍQUIDO****a) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Ágios	-	-	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	15.286.705	15.730.850	19.381.047	19.780.417
Total	15.286.705	15.730.850	29.606.327	30.005.697

A seguir apresentamos a composição dos ágios em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Ajato Telecomunicação Ltda.	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	7.169.577
Telemig Celular S. A. (e)	133.896
Telemig Celular Participações S. A. (e)	1.485.172
Global Telecom S. A. (e)	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A. (e)	150.930
Ceterp Celular S. A. (e)	16.151
Total	10.225.280

- (a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Part. em abril de 2011.
- (e) Ágios oriundos da Vivo Part., vertidos para a Companhia através da incorporação ocorrida em 2011.

O saldo de outros intangíveis estava composto em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

Em 30 de junho de 2013:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.284.022	(2.766.484)	517.538	9.830.526	(8.010.589)	1.819.937
Carteira de clientes	1.990.278	(507.552)	1.482.726	2.114.561	(631.835)	1.482.726
Marcas e Patentes	1.601.408	(148.870)	1.452.538	1.643.511	(190.973)	1.452.538
Licença	12.644.000	(812.000)	11.832.000	17.062.565	(2.617.228)	14.445.337
Outros	187.711	(185.808)	1.903	290.284	(266.458)	23.826
Software em Andamento	-	-	-	156.683	-	156.683
Total	19.707.419	(4.420.714)	15.286.705	31.098.130	(11.717.083)	19.381.047

Notas Explicativas**Em 31 de dezembro de 2012:**

	Controladora			Consolidado - Reapresentado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.215.274	(2.652.564)	562.710	9.516.522	(7.625.698)	1.890.824
Carteira de clientes	1.990.278	(383.269)	1.607.009	2.114.561	(507.552)	1.607.009
Marcas e Patentes	1.601.408	(106.767)	1.494.641	1.643.511	(148.870)	1.494.641
Licença	12.644.000	(580.000)	12.064.000	16.987.547	(2.275.703)	14.711.844
Outros	187.711	(185.221)	2.490	708.577	(683.520)	25.057
Softwares em andamento	-	-	-	51.042	-	51.042
Total	19.638.671	(3.907.821)	15.730.850	31.021.760	(11.241.343)	19.780.417

b) Movimentação

	Controladora					Saldo em 30.06.13
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Amortização (b)	Transferências	
Softwares	562.710	68.747	10	(113.929)	10	517.538
Carteira de clientes	1.607.009	-	-	(124.283)	-	1.482.726
Marcas e patentes	1.494.641	-	-	(42.103)	-	1.452.538
Licença	12.064.000	-	-	(232.000)	-	11.832.000
Outros	2.490	-	-	(587)	-	1.903
Total	15.730.850	68.747	10	(512.902)	10	15.286.705

	Consolidado					Saldo em 30.06.13
	Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	Adições	Baixas liquidas	Amortização (b)	Transferências líquidas (a)	
Softwares	1.890.824	172.915	6	(384.846)	141.038	1.819.937
Carteira de clientes	1.607.009	-	-	(124.283)	-	1.482.726
Marcas e Patentes	1.494.641	-	-	(42.103)	-	1.452.538
Licença	14.711.844	75.018	-	(341.525)	-	14.445.337
Outros	25.057	3.118	-	(4.349)	-	23.826
Softwares em andamento	51.042	172.150	-	-	(66.509)	156.683
Total	19.780.417	423.201	6	(897.106)	74.529	19.381.047

- (a) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se a transferências entre o imobilizado e intangível.
- (b) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 23, 24 e 25.

c) Taxas de amortização

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, os outros ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

	Controladora	Consolidado
Software	20,00	20,00 a 33,33
Carteira de clientes	10,00	9,00 a 15,00
Marcas e patentes	5,00	5,00
Licenças	3,60 a 20,00	3,60 a 20,00
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00	10,00 a 20,00

13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Salários e remunerações	8.100	34.771	20.794	38.640
Encargos e benefícios sociais	99.476	81.576	239.106	204.675
Participação de empregados nos resultados	47.737	89.433	108.580	172.937
Total	155.313	205.780	368.480	416.252

Notas Explicativas**14. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Fornecedores diversos	1.788.410	1.741.088	5.339.864	5.205.202
Valores a repassar	55.902	93.239	113.834	151.809
Interconexão / Interligação	305.086	356.720	461.906	532.057
Total	2.149.398	2.191.047	5.915.604	5.889.068

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Tributos sobre a renda	-	-	24.505	243.399
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	24.505	243.399
Tributos indiretos	506.951	559.112	1.865.288	2.026.600
ICMS (b)	386.253	405.103	1.482.282	1.534.750
PIS e COFINS	106.366	135.006	262.915	362.911
Fust e Funttel	7.148	11.886	28.610	34.853
Taxa fistel	-	-	-	-
Outros	7.184	7.117	91.481	94.086
Total	506.951	559.112	1.889.793	2.269.999
Circulante	478.061	529.055	1.375.270	1.781.250
Não circulante	28.890	30.057	514.523	488.749

- (a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.
- (b) A parcela do passivo não circulante, inclui o valor de R\$462.920 em 30 de junho de 2013 (R\$437.295 em 31 de dezembro de 2012) referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, referente à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**16.1 – Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados a valor justo, quando aplicável.

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+3,73%	15/05/15	743.675	938.063	743.675	938.063
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+1,73%	15/05/15	40.252	50.770	40.252	50.770
Financiamento – BNDES	R\$	2,50% a 5,50%	15/01/21	1.945	1.957	1.945	1.957
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	02/02/14	6.721	9.310	6.721	9.310
Empréstimo – Resolução 4131	US\$	4,10%	25/10/13	357.485	326.263	357.485	326.263
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+0% a 4,30%	15/07/19	-	-	1.769.908	1.916.737
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	-	-	479.847	455.296
Financiamento – BNDES	R\$	2,50% a 5,50%	15/10/20	-	-	138.436	146.365
Empréstimos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	02/03/15	-	-	850.347	795.601
Financiamento – BNB	R\$	10,00%	30/10/16	-	-	288.828	338.610
Comissão BBVA		0,43%	28/02/15	-	-	258	241
Financiamento - BNDES	URTJLP (a)	TJLP+5,0%	15/01/15	-	-	1.573	2.071
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+5,70%	15/04/16	-	-	1.949	2.312
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+9,00%	15/04/16	-	-	1.598	1.901
Financiamento - BNDES PSI	R\$	2,50% e 8,70%	15/04/16	-	-	29.846	25.471
Financiamento - Leasing	R\$	14,70%	09/11/13	-	-	164	356
Total				1.150.078	1.326.363	4.710.832	5.011.324
Circulante				774.617	743.941	1.282.943	1.255.323
Não circulante				375.461	582.422	3.427.889	3.756.001

Notas Explicativas

- (a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Companhia para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.
- Em agosto de 2007, a Vivo contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.
- Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R\$3.031.110. Os recursos desta linha são destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014, quando serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Como dois dos cinco sub créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultou em um saldo até 30 de junho de 2013 de R\$17.522 (R\$18.322 em 31 de dezembro de 2012).

Até 30 de junho de 2013 foram liberados R\$1.809.717 (R\$1.802.113 até 31 de dezembro de 2012).

- Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento para a Vivo, junto ao BNDES no valor de até R\$319.927 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

Notas Explicativas

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultou em um saldo até 30 de junho de 2013 de R\$21.311 (R\$23.876 em 31 de dezembro de 2012).

- Com o processo de conferência de acervo patrimonial, a Vivo passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part., cujo saldo era de R\$25.025 em 30 de junho de 2013 (R\$26.825 em 31 de dezembro de 2012).
- Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a CaTV e Sul Paraná no valor total de R\$41.950 junto ao BNDES. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R\$9.493 junto ao BNDES, prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. Até 30 de junho de 2013 foram liberados R\$51.443 (R\$41.950 em 31 de dezembro de 2012). Estas operações se enquadram no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), e as subvenções concedidas pelo BNDES, ajustadas a valor presente, resultaram em 30 de junho de 2013 em R\$2.335 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2012).
- Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento para a Companhia no valor total de R\$5.417 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Em 30 de junho de 2013 o saldo era de R\$1.839 (R\$1.946 em 31 de dezembro de 2012). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 30 de junho de 2013 em R\$309 (R\$331 em 31 de dezembro de 2012).
- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento junto ao BNDES para a Companhia e para a Vivo nos montantes de R\$21.783 e R\$331.698, respectivamente, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 30 de junho de 2013, foram liberados R\$1.182.

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um *hedge* efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 30 de junho de 2013 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Notas Explicativas

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo junto ao BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à US\$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Banco do Nordeste – BNB

- Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.
- Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

16.2 – Debêntures

	Moeda	Controladora/Consolidado			
		Encargos	Vencimento	30.06.13	31.12.12
		106,00% a 112,00%			
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	do CDI	15/10/14	745.270	744.678
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	15/10/14	97.353	96.249
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	74.795	72.137
		100,00% do CDI +			
Debêntures (3ª emissão)	R\$	0,75%	10/09/17	2.047.427	2.044.674
		100,00% do CDI +			
Debêntures (4ª emissão)	R\$	0,68%	25/04/18	1.317.972	-
Custo de emissões	R\$			(2.604)	(1.833)
Total				4.280.213	2.955.905
Circulante				723.698	702.215
Não circulante				3.556.515	2.253.690

Captação pela Vivo Part.

4ª Emissão

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografia, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Notas Explicativas

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "Bookbuilding".

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão, cujo montante em 30 de junho de 2013 era de R\$375 (R\$840 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$98 milhões a 106,00% CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

As repactuações da 2ª e 3ª séries estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Em 30 de junho de 2013 o saldo total era de R\$842.623 (R\$840.927 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Telemig Celular S.A.(Telemig, empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010)

1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Notas Explicativas

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Em 30 de junho de 2013 o saldo era de R\$74.795 (R\$72.137 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Companhia

3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$2 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para: (i) investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (4G), especificamente para liquidar o preço da autorização obtida pela Vivo no leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de junho de 2013 era de R\$886 (R\$993 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 30 de junho de 2013 o saldo total era de R\$2.047.427 (R\$2.044.674 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor entre R\$ 1,3 bilhão, como forma de garantir a liquidez da Companhia para compromissos futuros.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 (cento e trinta mil) debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00 (dez mil reais). As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, "extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (CETIP), acrescida de um *spread* equivalente a 0,68% (sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (Remuneração). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O Banco Itaú BBA S.A. foi o coordenador líder. Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de junho de 2013 eram de R\$1.342.

16.3 – Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de junho de 2013 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	385.445	885.446
2015	170.225	1.217.137
2016	318	444.168
2017	2.000.318	2.398.746
2018 em diante	1.375.670	2.038.907
Total	3.931.976	6.984.404

16.4 – Cláusulas Restritivas

A Companhia e a Vivo possuem empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 30 de junho de 2013 era de R\$3.033.682 (R\$3.360.866 em 31 de dezembro de 2012). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de junho de 2013 era de R\$842.248 (R\$839.094 em 31 de dezembro de 2012), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

Notas Explicativas

O contrato da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, relativo às debêntures, cujo saldo em 30 de junho de 2013 era de R\$74.795 (R\$72.137 em 31 de dezembro de 2012), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

16.5 - Garantias

Em 30 de junho de 2013, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e a Vivo, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$1.769.908 (URTJLP) R\$479.847 (UMBND) R\$138.436 (PSI - Vivo)	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato (2007) R\$359.896: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato (PSI) R\$138.436: alienação dos ativos financiados. • Contrato (2011) R\$1.889.859: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Telefônica Brasil é interveniente garantidora
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$850.347	<ul style="list-style-type: none"> • Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$286.828	<ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. • Telefônica Brasil é interveniente fiadora.

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

A seguir, demonstramos os saldos a receber e a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

a) Composição dos saldos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Vivo	1.096.581	390.747	-	-
Aliança	1.140	1.140	1.140	1.140
ATelecom	2.218	2.218	-	-
Total	1.099.939	394.105	1.140	1.140

Notas Explicativasb) Movimentação dos saldos a receber:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	394.105	1.140
Dividendos complementares de 2012	1.841.833	-
JSCP intermediários de 2013 (líquidos de IRRF)	184.450	-
Recebimentos de dividendos e JSCP	(1.320.449)	-
Saldo em 30.06.13	<u>1.099.939</u>	<u>1.140</u>

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de suas controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Composição dos saldos a pagar:

	<u>Controladora/Consolidado</u>	
	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>
Telefónica Internacional	447.752	-
SP Telecomunicações Participações	281.042	-
Telefónica	370.261	-
Compañia de Telecomunicaciones de Chile	887	-
Acionistas não controladores	873.713	467.831
Total	<u>1.973.655</u>	<u>467.831</u>

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	<u>Controladora/ Consolidado</u>
Saldo em 31.12.12	467.831
Dividendos complementares de 2012	3.148.769
Prescrição de dividendos e JSCP	(59.045)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.583.900)
Saldo em 30.06.13	<u>1.973.655</u>

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

Notas Explicativas

18. PROVISÕES

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Provisões para demandas judiciais e administrativas				
Trabalhistas	686.998	598.733	814.872	717.247
Tributárias	1.380.256	1.336.071	2.099.505	1.952.050
Cíveis e regulatório	641.751	568.225	892.871	795.294
Subtotal	2.709.005	2.503.029	3.807.248	3.464.591
Passivo contingente (a)	271.800	264.520	271.800	264.520
Provisão para desimobilização (b)	21.113	24.935	232.956	221.316
Total	3.001.918	2.792.484	4.312.004	3.950.427
Circulante	367.098	334.852	527.445	496.790
Não circulante	2.634.820	2.457.632	3.784.559	3.453.637

- (a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Part. em 2011.
- (b) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolverem aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

b) Movimentação:

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desimobilização	Total
Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	598.733	1.336.071	568.225	264.520	24.935	2.792.484
Ingressos	176.175	7.509	77.643	1.334	847	263.508
Baixas por pagamento	(36.655)	(168)	(12.428)	-	-	(49.251)
Baixas por reversão	(66.548)	(28)	(29.107)	(1.339)	(4.669)	(101.691)
Atualização monetária	15.293	36.872	37.418	7.285	-	96.868
Saldos em 30.06.13	686.998	1.380.256	641.751	271.800	21.113	3.001.918
Circulante	38.642	-	328.456	-	-	367.098
Não circulante	648.356	1.380.256	313.295	271.800	21.113	2.634.820
	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desimobilização	Total
Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	717.247	1.952.050	795.294	264.520	221.316	3.950.427
Ingressos	199.906	126.253	151.185	1.334	17.623	496.301
Baixas por pagamento	(45.839)	(20.241)	(41.199)	-	(1.425)	(108.704)
Baixas por reversão	(72.000)	(19.418)	(53.476)	(1.339)	(4.668)	(150.901)
Atualização monetária	15.558	60.861	41.067	7.285	110	124.881
Saldos em 30.06.13	814.872	2.099.505	892.871	271.800	232.956	4.312.004
Circulante	84.766	4.543	438.136	-	-	527.445
Não circulante	730.106	2.094.962	454.735	271.800	232.956	3.784.559

Notas Explicativas

18.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Provável	686.998	598.733	814.872	717.247
Possível	52.170	61.756	291.748	274.156

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referentes a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

18.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Provável	1.380.256	1.336.071	2.099.505	1.952.050
Possível	7.846.096	6.955.316	14.842.654	13.738.155

Notas Explicativas

Provisões tributárias

Tributos Federais

Em 30 de junho de 2013, a Companhia mantinha discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) fixas: não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) TFI/TFF sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pela Companhia e controladas; (xi) compensação de FINSOCIAL; (xii) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xiii) COFINS - exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xv) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL). Em 30 de junho de 2013, os montantes provisionados totalizavam R\$1.367.263 (R\$1.323.434 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$2.006.250 (R\$1.860.803 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Tributos Estaduais

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) ICMS sobre assinatura de TV; e (v) multa administrativa ambiental. Em 30 de junho de 2013, os montantes provisionados totalizavam R\$42 (R\$36 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$79.463 (R\$67.426 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Tributos Municipais

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável. Em 30 de junho de 2013, os montantes provisionados totalizavam R\$12.951 (R\$12.601 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$13.792 (R\$23.821 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

As referidas ações versam sobre: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização (TVCF).

Notas Explicativas

Contingências tributárias

Tributos Federais

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 30 de junho de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$1.363.152 (R\$1.430.670 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$3.041.166 (R\$3.146.736 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; (iii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iv) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) PIS incidente sobre *roaming*; (vi) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; (vii) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (viii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (ix) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (x) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (xi) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xii) IRPJ sobre operações com derivativos; (xiii) IRPJ e CSLL - glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e ágio decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo; e (xiv) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Em 30 de junho de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$4.944.399 (R\$4.014.790 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$6.821.102 (R\$5.870.365 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Notas Explicativas

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) ICMS sobre consumo próprio; (xxi) ICMS sobre isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo; e (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 30 de junho de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$388.160 (R\$383.397 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$553.425 (R\$544.323 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel (TUM) e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); e (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

Mandados de Segurança impetrados, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Notas Explicativas

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de junho de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$908.769 (R\$883.771 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$2.030.581 (R\$1.970.800 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. 30 de junho de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R\$198.801 (R\$195.126 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$646.780 (R\$614.314 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (operadoras fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (operadoras móveis), a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam em âmbito judicial a referida taxa. Em 30 de junho de 2013, os valores envolvidos totalizavam R\$42.815 (R\$47.562 em 31 de dezembro de 2012) na controladora com depósito integral e R\$1.747.416 (R\$1.589.479 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, sem o respectivo depósito judicial.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração (PPNUM)

A Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. Em 30 de junho de 2013, o valor envolvido totalizava R\$2.184 (R\$2.138 em 31 de dezembro de 2012).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

18.3 Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Provável	641.751	568.225	892.871	795.294
Possível	2.145.748	2.012.725	2.820.026	2.656.850

Provisões cíveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável em 30 de junho de 2013 foi provisionado o valor de R\$35.331 (R\$31.260 em 31 de dezembro de 2012).
- A Companhia e suas controladas são parte em demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços. Estas demandas são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministérios Público Estadual e Federal. De igual modo, a Companhia e controladas, também figuram como demandadas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas daquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de junho de 2013, foi provisionado o montante de R\$221.420 (R\$193.216 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$425.582 (R\$377.649 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.
- A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base para análise da provisão, a estatística da média histórica de condenação para ações semelhantes. Em 30 de junho de 2013, foi provisionado o montante de R\$87.723 (R\$78.711 em 31 de dezembro de 2012).

Provisões regulatórias

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. A avaliação de perda destes processos é provável tendo sido constituídas provisões em 30 de junho de 2013 no montante de R\$297.277 (R\$265.038 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$344.235 (R\$307.674 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Notas Explicativas

Contingências cíveis

- Plano Comunitário de Telefonia (PCT): Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$260.241 (R\$236.236 em 31 de dezembro de 2012). Este processo foi considerado como de risco de perda possível pelos consultores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (FENAPAS), ambas propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

Notas Explicativas

- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante de R\$692.200 (R\$643.432 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$1.319.581 (R\$1.236.312 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.
- A Companhia e suas controladas vêm recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), para as quais a análise do grau de risco de perda possível efetuada pelos consultores jurídicos representa em 30 de junho de 2013 um montante de R\$4.300 (R\$7.550 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$16.091 (R\$19.314 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lune), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- Validade de plano pré-pago: A Vivo, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para as quais a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de consultores jurídicos.

Notas Explicativas

Contingências regulatórias

- A Companhia e suas controladas mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível consolidada no montante de R\$1.224.113 (sendo R\$1.189.007 na controladora, dos quais R\$919.118 referente à avaliação dos processos administrativos, R\$186.871 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados e R\$83.018 referente à avaliação de outros processos judiciais) em 30 de junho de 2013 e R\$1.164.988 (sendo R\$1.125.507 na controladora, dos quais R\$903.926 referente à avaliação dos processos administrativos, R\$177.736 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados e R\$43.845 referente à avaliação de outros processos judiciais) em 31 de dezembro de 2012.
- Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

- Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91: trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), por Global Village Telecom Ltda (GVT), Intelig Telecomunicações Ltda (Intelig), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (Claro), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. (TIM), TNL SCS S.A. (Oi) e Vivo, por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VUM, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos V do artigo 21; e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Notas Explicativas

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento; (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VUM e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VUM; e (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV e o artigo 21, inciso V, todos da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*). Em 7 de novembro de 2012, o Ministério Público Federal proferiu parecer nos mesmos termos da nota da SDE e, em 12 de março de 2013, a Procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) proferiu parecer pelo arquivamento de todas as acusações.

O processo está em instrução no CADE, para posterior julgamento.

A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Caso o CADE venha a condenar as representadas apenas por *price squeeze*, estima-se que a multa pode variar de 0,1% a 0,5% do faturamento bruto da Vivo em 2006. Todavia na remota hipótese do CADE entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE e Ministério Público Federal, estima-se que a multa poderá variar entre 10% e 15% do faturamento bruto da Vivo em 2006.

Vale ressaltar que a Lei nº 12.529/12 entrou em vigor no dia 29 de maio de 2012 e ainda não existe um número significativo de casos decididos pelo CADE, aplicando os novos critérios. A estimativa aqui indicada se baseia em uma conta proporcional que considerou jurisprudência anterior e os critérios da nova Lei.

18.4 Garantias

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	91.007	3.196.738	1.138.976	187.094	4.283.787	2.149.017
Total	91.007	3.196.738	1.138.976	187.094	4.283.787	2.149.017

Em 30 de junho de 2013, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante de R\$49.428 (R\$49.728 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas**19. RECEITAS DIFERIDAS****a) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Receita de habilitação (a)	58.952	57.581	58.952	57.581
Cartões indutivos	4.810	9.948	4.810	9.948
Serviços e mercadorias (b)	-	-	620.661	558.165
Subvenções governamentais (d)	44	44	8.575	8.294
Programa de fidelização (e)	-	-	89.618	82.848
Outras receitas	3.579	2.170	16.216	17.737
Total circulante	67.385	69.743	798.832	734.573
Receita de habilitação (a)	34.578	31.786	34.578	31.786
Serviços e mercadorias (b)	-	-	48.990	38.742
Alienação de ativos imobilizados (c)	-	-	124.044	171.174
Doações de equipamentos (f)	-	-	13.528	16.235
Subvenções governamentais (d)	265	287	32.902	36.639
Outras receitas	6.677	6.949	8.692	8.786
Total não circulante	41.520	39.022	262.734	303.362

- a) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.
- c) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, de propriedade da Vivo que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- d) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
- e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Vivo mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	108.765	1.037.935
Ingressos	49.038	30.574.007
Baixas	(48.898)	(30.550.376)
Saldo em 30.06.13	108.905	1.061.566
Circulante	67.385	798.832
Não circulante	41.520	262.734

Notas Explicativas**20. OUTRAS OBRIGAÇÕES****a) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12 - Reapresentado
Retenções de terceiros	43.259	56.929	92.490	139.120
Valores a restituir a assinantes	40.669	38.742	49.974	45.627
Arrendamento mercantil (a)	5.195	12.430	9.899	14.799
Obrigações com partes relacionadas	104.065	103.573	94.810	50.147
Ônus de renovação de licenças	5.159	83.991	29.942	106.877
Outros credores	28.711	15.241	52.817	22.847
Total circulante	227.058	310.906	329.932	379.417
Arrendamento mercantil (a)	-	-	14.932	18.460
Obrigações com partes relacionadas	7.950	7.168	8.303	7.201
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16.872	13.179	16.876	13.224
Ônus de renovação de licenças	-	-	93.829	87.564
Outros credores	15.892	15.329	16.513	15.827
Total não circulante	40.714	35.676	150.453	142.276

(a) A Vivo e ATelecom possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática e torres de transmissão.

b) Arrendamento mercantil

	Consolidado	
	30.06.13	31.12.12 -
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	42.063	51.025
Despesa financeira não realizada	(17.232)	(17.766)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	24.831	33.259
Circulante	9.899	14.799
Não circulante	14.932	18.460

O cronograma consolidado dos vencimentos do arrendamento mercantil é como segue:

	Consolidado	
	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	8.459	9.899
A vencer mais de um ano	33.604	14.932
Total	42.063	24.831

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.

c) Compromissos e garantias (aluguéis)

A Companhia aluga equipamentos e instalações, bem como a Vivo é arrendadora de diversas lojas, prédios administrativos e sites onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 30 de junho de 2013, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R\$4.875.734 e R\$9.378.960, na controladora e consolidado, respectivamente.

Notas Explicativas

Estes compromissos com aluguel de lojas, prédios administrativos e *sites* sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes prazos:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	471.406	1.187.466
Um ano até cinco anos	2.099.706	4.625.021
Mais de cinco anos	2.304.622	3.566.473
Total	4.875.734	9.378.960

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Capital total em ações

Ordinárias	381.587.111
Preferenciais	744.014.819
Total	1.125.601.930

Ações em tesouraria

Ordinárias	(251.440)
Preferenciais	(2.081.246)
Total	(2.332.686)

Ações em circulação

Ordinárias	381.335.671
Preferenciais	741.933.573
Total	1.123.269.244

Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$:

Em 30 de junho de 2013	38,56
Em 31 de dezembro de 2012	39,78

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

b. Prêmio Pago na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/ CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Conseqüentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo as despesas capitalizadas no processo foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores na Lemontree e GTR resultou no montante de R\$40.519, registrado nesta rubrica. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$70.448.

c. Reservas de Capital

Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$63.074.

Outras Reservas de Capital

Reserva decorrente do processo de incorporação das *holdings*: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. pela Vivo Part., a qual conseqüentemente foi registrada na Companhia com a incorporação da Vivo Part. Esta reserva, no montante de R\$47.723, poderá ser utilizada para futuro aumento de capital pela Companhia. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$2.735.930.

Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$112.107.

Em 5 de novembro de 2012, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 31 de outubro de 2012, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80. Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 4 de novembro de 2013, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e nas quantidades máximas de até 2.894.534 ações ordinárias e 24.257.777 ações preferenciais.

Notas Explicativas

d. Reservas de Lucros

Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$1.100.000.

e. Dividendos Intermediários e Propostos

Em 10 de janeiro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos intermediários no montante de R\$1.650.000, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de setembro de 2012, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 21 de janeiro de 2013. O pagamento desses dividendos intermediários teve início em 18 de fevereiro de 2013.

Em 16 de abril de 2013, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos referente ao saldo remanescente do resultado do exercício de 2012 no montante de R\$1.498.769, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 16 de abril de 2013.

O valor por ação (VPA) destes dividendos foi de R\$1,251620356588 e R\$1,376782392246 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

O pagamento destes dividendos será efetuado até 21 de dezembro de 2013, em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Serviço de telefonia	5.473.667	6.030.532	13.050.410	13.137.872
Uso de rede	673.262	458.660	1.984.187	2.231.179
Dados e SVAs	2.718.933	2.585.681	7.859.538	6.911.101
Serviços de TV por assinatura	-	-	351.463	417.406
Outros serviços (a)	362.409	377.499	649.274	617.944
Venda de mercadorias e aparelhos	-	-	1.789.618	1.155.627
Receita operacional bruta	9.228.271	9.452.372	25.684.490	24.471.129
ICMS	(1.679.377)	(1.826.507)	(5.168.518)	(4.927.599)
PIS e COFINS	(324.080)	(338.157)	(1.059.883)	(995.464)
ISS	(10.734)	(11.154)	(22.237)	(22.438)
Descontos e devoluções	(929.729)	(831.113)	(2.386.863)	(1.973.908)
Deduções da receita operacional bruta	(2.943.920)	(3.006.931)	(8.637.501)	(7.919.409)
Receita operacional líquida	6.284.351	6.445.441	17.046.989	16.551.720

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foram de R\$33.906 e R\$20.829, respectivamente (nota 23).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012.

Notas Explicativas

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(1.078.802)	(1.040.434)	(2.154.138)	(2.011.741)
Pessoal	(128.898)	(138.793)	(246.831)	(245.172)
Interconexão e uso de rede	(1.656.020)	(1.641.593)	(1.888.817)	(2.060.296)
Serviços de terceiros	(887.680)	(797.643)	(1.783.636)	(1.604.790)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(209.809)	63.722	(708.704)	(352.027)
Impostos, taxas e contribuições	(78.378)	(85.696)	(815.631)	(871.759)
Ônus de renovação de licenças	(36.661)	(48.784)	(73.470)	(81.555)
Outros	(21.098)	(24.674)	(44.961)	(85.283)
Total de custos dos serviços prestados	(4.097.346)	(3.713.895)	(7.716.188)	(7.312.623)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(1.082.631)	(801.249)
Total	(4.097.346)	(3.713.895)	(8.798.819)	(8.113.872)

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foram de R\$20.829 e R\$33.906 respectivamente (nota 22).

24. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(239.911)	(236.368)	(425.822)	(458.421)
Pessoal	(199.167)	(241.360)	(655.280)	(681.420)
Serviços de terceiros	(842.440)	(859.126)	(2.444.825)	(2.166.107)
Provisão para redução ao valor recuperável (nota 4)	(154.474)	(145.434)	(402.103)	(340.387)
Aluguéis/seguros/condomínio	(5.370)	(2.772)	(63.529)	(52.313)
Publicidade e propaganda	(52.694)	(89.599)	(372.218)	(408.100)
Doações e patrocínios	-	-	(91.394)	(137.257)
Outros	(10.681)	(22.715)	(62.500)	(64.696)
Total	(1.504.737)	(1.597.374)	(4.517.671)	(4.308.701)

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(26.383)	(29.474)	(265.329)	(199.827)
Pessoal	(134.217)	(143.775)	(351.318)	(330.287)
Serviços de terceiros	(164.046)	(173.454)	(452.479)	(428.221)
Aluguéis/seguros/condomínios e outras despesas	(25.093)	(28.833)	(108.000)	(144.016)
Total	(349.739)	(375.536)	(1.177.126)	(1.102.351)

Notas Explicativas

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Multas e despesas recuperadas	70.918	84.199	172.222	192.388
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(265.279)	(182.433)	(357.344)	(279.450)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a)	61.145	18.248	128.343	399.092
Serviços técnicos administrativos	15.184	17.720	12.014	15.287
Outras receitas (despesas)	(11.380)	(34.413)	(30.781)	(86.964)
Total	(129.412)	(96.679)	(75.546)	240.353
Outras receitas operacionais	188.897	149.873	405.903	737.604
Outras despesas operacionais	(318.309)	(246.552)	(481.449)	(497.251)
Total	(129.412)	(96.679)	(75.546)	240.353

- (a) No primeiro semestre de 2013 e 2012, a Vivo alienou um total de 93 e 1.500 torres de transmissão não estratégicas por um total de R\$40.831 e R\$519.713, respectivamente. Após a transação de venda dos ativos, a Vivo efetuou um contrato de aluguel de parte das torres alienadas para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador nas operações de 2012. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 19).

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	120.301	34.433	251.534	117.351
Ganho com operações de derivativos	45.828	66.435	196.641	151.548
Juros ativos	44.093	83.102	128.903	102.586
Variações monetárias/cambiais ativas	43.670	102.151	108.403	207.029
Outras receitas financeiras	9.184	13.419	63.515	40.703
	263.076	299.540	748.996	619.217
Despesas financeiras				
Juros passivos	(214.460)	(176.454)	(361.876)	(314.350)
Perdas com operações de derivativos	(27.488)	(43.373)	(107.796)	(61.178)
Variações monetárias/cambiais passivas	(106.839)	(101.314)	(271.693)	(273.304)
Pis/Cofins sobre juros sobre o capital próprio	(20.073)	-	(20.073)	-
Outras despesas financeiras	(20.642)	(25.881)	(77.621)	(100.100)
	(389.502)	(347.022)	(839.059)	(748.932)
Resultado financeiro, líquido	(126.426)	(47.482)	(90.063)	(129.715)

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Notas Explicativas

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 30 de junho de 2013 e 2012.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Lucro antes dos tributos	1.878.007	2.235.066	2.385.703	3.138.658
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(638.522)	(759.922)	(811.139)	(1.067.144)
<u>Diferenças permanentes e temporárias</u>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	538.667	551.001	(701)	416
Dividendos prescritos	(3.490)	(19.544)	(3.490)	(19.544)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	(34)	(39.983)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e juros sobre o capital próprio recebidos	(1.440)	(1.112)	(68.848)	(17.457)
Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	-	255.812	-
Tributos diferidos não reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(24.295)	-
Outras (adições) exclusões	(48.792)	38.076	(8.578)	47.204
Despesa tributária	(153.577)	(191.501)	(661.273)	(1.096.508)
Taxa efetiva	8,2%	8,6%	27,7%	34,9%
IRPJ e CSLL corrente	-	-	(516.277)	(638.398)
IRPJ e CSLL diferido	(153.577)	(191.501)	(144.996)	(458.110)

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, os valores relativos à movimentação dos ativos e passivos diferidos consolidados, totalizam R\$138.002 e R\$462.211, respectivamente, líquidos de outros movimentos.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 6.2.

29. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012:

Notas Explicativas

	2013	2012
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	1.724.430	2.043.565
Ordinárias	549.150	650.556
Preferenciais	1.175.280	1.393.009
Número de Ações:	1.123.269	1.123.660
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	381.336	381.341
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	741.933	742.319
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	1,44	1,71
Ações preferenciais	1,58	1,88

30. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**30.a) Termos e condições de transações com partes relacionadas:**

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel: serviços de telecomunicações fixa e móvel prestados as empresas do Grupo da Telefônica;
- b) Aluguel de prédios e vendas de ativos de call center: aluguel de prédios próprios onde está instalada a infraestrutura de call center e venda de bens do ativo imobilizado utilizado para a operação do call center para a Atento Brasil, Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;
- c) Serviços de suporte de centro de tele-atendimento, cobrança, back-office e promotores de vendas: prestados pela Atento Brasil;
- d) Gastos repercutidos: são repassados à Companhia pela Media Networks Latin e Telefônica Del Peru;
- e) Serviços de TV digital: prestados pela Media Networks Latin;
- f) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança: prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;
- g) Serviços corporativos: são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- h) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas: prestados pela Telefônica Global Technology;
- i) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão: prestados pela Telefônica International Wholesale Brasil, Telefônica International Wholesale Services e Telefônica Usa;
- j) Serviços de gestão administrativa: serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- k) Serviços de operador logístico, mensageria e motoboy: prestados pela Telefônica Transportes e Logística;
- l) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz: prestados pela Terra Networks Brasil;

Notas Explicativas

- m) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas: prestados para Telefónica International Wholesale Services e Telefónica Usa;
- n) Serviços de chamada de longa distância e de roaming internacional: prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- o) Reembolso de despesas: são provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- p) Brand Fee: cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- q) Plano de ações: plano de ações aos empregados com a empresa Telefónica; e
- r) Cost Sharing Agreement (CSA): reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Internacional.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

		Balanco Patrimonial - Ativo					
		30.06.13			31.12.12		
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
Natureza da transação	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	o)	1	55	1.359	1	19	545
Telefónica Internacional	o)	-	128	17.721	-	149	17.393
Telefónica	o) / q)	-	58	179	-	54	137
		1	241	19.259	1	222	18.075
Outras empresas do grupo							
Telefónica Usa	m)	2.001	-	-	1.925	-	-
Telefónica da Argentina	n)	684	-	-	2.462	-	-
Telefónica de Espanha	n)	1.102	-	-	2.476	-	-
Telefónica Del Peru	d) / n)	1.493	1.505	-	1.764	3.216	236
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / g) / o)	1.515	2.099	350	556	1.915	293
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / g) / o)	5.446	209	22	641	218	22
Telefónica International Wholesale Services Espanha	m)	25.305	-	-	7.072	-	-
Telefónica Mviles España	n)	1.568	-	-	3.239	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / b) / g) / o)	1.539	15.890	1.385	1.770	15.605	1.009
Telefónica Transportes e Logística	a) / b) / g) / o)	161	201	42	206	102	7
Terra Networks Brasil	a) / g) / o)	1.995	5.723	16	3.286	6.054	13
Outras	a) / g) / n)	14.414	10.613	123	15.624	10.701	463
Total		57.223	36.240	1.938	41.021	37.811	2.043
		57.224	36.481	21.197	41.022	38.033	20.118
		Balanco Patrimonial - Passivo					
		30.06.13			31.12.12		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Natureza da transação		Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	g) / o)	32.074	-	5.032	2.685	4.028	4.689
Telefónica Internacional	o) / r)	31.246	-	-	601	1.086	-
Telefónica	p)	4.362	87.810	740	3.168	35.162	-
		67.682	87.810	5.772	6.454	40.276	4.689
Outras empresas do grupo							
Telefónica Usa	i)	8.155	10	114	1.051	6.680	106
Telefónica da Argentina	n)	746	-	-	1.577	-	-
Telefónica de Espanha	n)	1.109	-	-	2.158	-	-
Telefónica Del Peru	n)	-	-	-	49	-	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	f)	3.045	-	8	3.828	-	8
Telefónica International Wholesale Services Brasil	i)	78.050	-	378	68.552	-	305
Telefónica International Wholesale Services Espanha	i) / n)	7.235	2.683	-	869	2.342	-
Telefónica Mviles España	n)	4.054	-	-	4.196	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	j) / o)	12.637	121	1.367	17.783	36	1.521
Telefónica Transportes e Logística	k)	35.281	272	270	32.648	272	165
Terra Networks Brasil	l)	321	39	266	1.366	19	291
Outras	e) / h) / n)	21.312	3.875	128	15.096	522	116
Total		171.945	7.000	2.531	149.173	9.871	2.512
		239.627	94.810	8.303	155.627	50.147	7.201

Notas Explicativas

	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados - Receitas (Custos e Despesas)			
		2013		2012	
		Receitas	Custos e Despesas	Receitas	Custos e Despesas
Empresas					
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	g) / o)	-	(23.529)	-	(3.206)
Telefónica Internacional	o) / r)	7	(22.073)	6	(7.642)
Telefónica	o) / p)	2.146	(133.796)	3.490	(75.783)
		2.153	(179.398)	3.496	(86.631)
Outras empresas do grupo					
Atento Brasil	a) / b) / c)	-	-	27.473	(574.841)
Telefónica Usa	i) / m)	1.577	(592)	-	-
Telefónica da Argentina	n)	601	(568)	-	-
Telefónica de Espanha	n)	878	(1.342)	2.226	(1.789)
Telefónica Del Peru	d) / n)	127	(189)	371	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / f) / g) / o)	1.379	(3.513)	1.176	(3.436)
Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil	a) / g) / i) / o)	5.537	(87.562)	4.424	(57.318)
Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha	i) / m) / n)	23.818	(11.098)	9.779	(5.615)
Telefónica Mviles España	n)	1.174	(4.151)	-	(1.410)
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / b) / g) / j) / o)	2.884	(42.471)	2.755	(44.104)
Telefónica Transportes e Logística	a) / b) / g) / k) / o)	570	(44.182)	524	(42.576)
Terra Networks Brasil	a) / g) / l) / o)	2.086	(383)	3.735	(1.364)
Outras	a) / e) / g) / h) / n)	6.758	(22.956)	3.367	(10.958)
		47.389	(219.007)	55.830	(743.411)
Total		49.542	(398.405)	59.326	(830.042)

30.b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi de aproximadamente R\$18.891 e R\$10.547, respectivamente. Destes montantes, R\$17.355 em 30 de junho de 2013 (R\$8.158 em 30 de junho de 2012) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$1.536 (R\$2.389 em 30 de junho de 2012) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (notas 23, 24 e 25).

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

31. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Limites máximos de indenização</u>
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	1.095.420
Responsabilidade civil geral (RCG)	42.319

32. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e suas controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Performance Share Plan (PSP)*

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefónica S.A. e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefónica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do plano é de sete anos. O plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho (“Data de Início”) e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início (“Data de Finalização”). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- À permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.

Notas Explicativas

- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return - TSR*) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2011 e 2012 ocorreram os vencimentos do terceiro e quarto ciclos deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Telefónica Brasil e suas subsidiárias:

Ciclos	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de finalização
3º ciclo 1º de julho de 2008	186.186	8,39	30 de junho de 2011
4º ciclo 1º de julho de 2009	169.323	8,41	30 de junho de 2012

Após o vencimento do 3º e 4º ciclos do plano, no mês de julho de 2011 e 2012 foram entregues ao total de executivos da Telefónica Brasil e suas subsidiárias que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 186.186 e zero ações, respectivamente. No quarto ciclo não foram entregues ações por conta do não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR.

O número máximo de ações atribuído no ciclo em aberto em 30 de junho de 2013 é o seguinte:

Ciclos	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de finalização
5º ciclo 1º de julho de 2010	173.645	9,08	30 de junho de 2013

No 5º ciclo não foram entregues ações por conta do não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR.

b) Plano Performance & Investment Plan (PIP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

Notas Explicativas

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de julho de 2011 e se estenderá até 30 de junho de 2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;
- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, obtido através (TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.
 - serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído nos dois primeiros ciclos em aberto em 30 de junho de 2013 é o seguinte:

Ciclo	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
1º ciclo 1º de julho de 2011	380.663	8,28	30 de junho de 2014
2º ciclo 1º de julho de 2012	672.675	8,28	30 de junho de 2015

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan (GESP)*

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefónica Brasil e suas subsidiárias. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de dezembro de 2014, e está condicionada:

- À permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.

Notas Explicativas

- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuem no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em novembro de 2012, e, em 30 de junho de 2013, o número total de empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias inscritos no Plano totaliza 1.839.

A Companhia e suas controladas registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, conforme segue:

<u>Planos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
PSP	653	586
PIP	5.538	4.601
GESP	1.100	729
Total	7.291	5.916

33. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

<u>Plano</u>	<u>Tipo ⁽¹⁾</u>	<u>Entidade</u>	<u>Patrocinador</u>
PBS-A	BD	Sistel	Telefonica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefonica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefonica Brasil	Telefonica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefonica Brasil e Vivo
PREV	Híbrido	VisãoPrev ⁽²⁾	Vivo
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom, Telefonica Data, Telefonica Brasil, Vivo e Visão Prev Companhia de Previdência Complementar

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

⁽²⁾ Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

<u>Plano</u>	<u>%</u>
PBS Telesp	11,47%
PBS Telesp Celular	10,68%
PBS Tele Sudeste Celular	11,73%
PBS Telemig Celular	6,11%
PAMA	1,5%

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev de sua controlada Vivo, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

A Vivo também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

O passivo atuarial registrado pela Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
CTB	50.214	50.651	50.214	50.652
PAMA	336.258	321.717	357.073	341.617
PREV	-	-	2	-
Total	386.472	372.368	407.289	392.269

Para os planos superavitários, os ativos atuariais líquidos foram registrados pela Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no grupo de outros ativos (nota 9).

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2013:

	Valor justo		Controladora Custo amortizado		Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis				
Ativos Financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	-	-	-	4.367.490	-	-	4.367.490	4.367.490
Operações com derivativos (nota 34)	1.225	58.723	-	-	-	59.948	59.948	59.948
Não Circulante								
Participações societárias (nota 10)	-	-	132.781	-	132.781	-	132.781	132.781
Operações com derivativos (nota 34)	-	20.201	-	-	-	20.201	20.201	20.201
Total de ativos financeiros	1.225	78.924	132.781	4.367.490	132.781	80.149	4.580.420	4.580.420

Notas Explicativas

	Controladora					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	364.207	410.410	-	364.207	774.617	822.265
Debêntures (nota 16.2)	6.179	717.519	-	6.179	723.698	958.722
Operações com derivativos (nota 34)	311	-	7.659	7.970	7.970	7.970
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	-	375.461	-	-	375.461	391.009
Debêntures (nota 16.2)	91.174	3.465.341	-	91.174	3.556.515	3.324.622
Total de passivos financeiros	461.871	4.968.731	7.659	469.530	5.438.261	5.504.588

	Consolidado							
	Valor justo		Custo amortizado		Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis				
Ativos Financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	-	-	-	7.779.199	-	-	7.779.199	7.779.199
Operações com derivativos (nota 34)	2.543	62.375	-	-	-	64.918	64.918	64.918
Não Circulante								
Participações societárias (nota 10)	-	-	132.781	-	132.781	-	132.781	132.781
Operações com derivativos (nota 34)	-	374.697	-	-	-	374.697	374.697	374.697
Total de ativos financeiros	2.543	437.072	132.781	7.779.199	132.781	439.615	8.351.595	8.351.595

	Consolidado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	396.628	886.315	-	396.628	1.282.943	1.449.017
Debêntures (nota 16.2)	6.179	717.519	-	6.179	723.698	958.722
Operações com derivativos (nota 34)	1.689	-	43.457	45.146	45.146	45.146
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	1.273.708	2.154.181	-	1.273.708	3.427.889	3.250.528
Debêntures (nota 16.2)	91.174	3.465.341	-	91.174	3.556.515	3.324.622
Operações com derivativos (nota 34)	-	-	21.007	21.007	21.007	21.007
Total de passivos financeiros	1.769.378	7.223.356	64.464	1.833.842	9.057.198	9.049.042

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora							
	Valor justo		Custo amortizado		Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis					
Ativos Financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	-	-	3.079.282	-	-	-	3.079.282	3.079.282
Operações com derivativos (nota 34)	39.197	-	-	-	-	39.197	39.197	39.197
Não Circulante								
Participações societárias (nota 10)	-	142.881	-	142.881	-	-	142.881	142.881
Operações com derivativos (nota 34)	21.465	-	-	-	-	21.465	21.465	21.465
Total de ativos financeiros	60.662	142.881	3.079.282	142.881	60.662	3.282.825	3.282.825	

Notas Explicativas

	Controladora						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo	
Passivos Financeiros							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	332.518	411.423	-	332.518	743.941	792.682	
Debêntures (nota 16.2)	6.013	696.202	-	6.013	702.215	811.919	
Operações com derivativos (nota 34)	455	-	8.292	8.747	8.747	8.747	
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	3.055	579.367	-	3.055	582.422	541.622	
Debêntures (nota 16.2)	90.235	2.163.455	-	90.235	2.253.690	2.158.008	
Operações com derivativos (nota 34)	-	-	3.733	3.733	3.733	3.733	
Total de passivos financeiros	432.276	3.850.447	12.025	444.301	4.294.748	4.316.711	
Consolidado							
	Valor justo		Custo amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado			
Ativos Financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	-	-	7.133.485	-	-	7.133.485	7.133.485
Operações com derivativos (nota 34)	41.109	-	-	-	41.109	41.109	41.109
Não Circulante							
Participações societárias (nota 10)	-	142.881	-	142.881	-	142.881	142.881
Operações com derivativos (nota 34)	286.278	-	-	-	286.278	286.278	286.278
Total de ativos financeiros	327.387	142.881	7.133.485	142.881	327.387	7.603.753	7.603.753
Consolidado							
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo	
Passivos Financeiros							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	365.192	890.131	-	365.192	1.255.323	1.456.466	
Debêntures (nota 16.2)	6.013	696.202	-	6.013	702.215	811.919	
Operações com derivativos (nota 34)	470	-	29.116	29.586	29.586	29.586	
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	1.009.673	2.746.328	-	1.009.673	3.756.001	3.581.630	
Debêntures (nota 16.2)	90.235	2.163.455	-	90.235	2.253.690	2.158.008	
Operações com derivativos (nota 34)	-	-	26.545	26.545	26.545	26.545	
Total de passivos financeiros	1.471.583	6.496.116	55.661	1.527.244	8.023.360	8.064.154	

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Notas Explicativas

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2013, 18,8% (19,9% em 31 de dezembro de 2012) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas contratam operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.694.659 em 30 de junho de 2013 e R\$1.586.711 em 31 de dezembro de 2012). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$ 35.301 e €3.703 a pagar em 30 de junho de 2013 e US\$ 16.130 e €4.140 a pagar em 31 de dezembro de 2012) para minimizar seus riscos cambiais.

Notas Explicativas

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$7.701.487 (R\$7.039.181 em 31 de dezembro de 2012), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 16, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são efetuados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

Notas Explicativas

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na Vivo, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a carteira de clientes da Companhia e suas controladas não apresentavam registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia e suas controladas mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Indexador	Consolidado				Efeito acumulado	
		Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor a receber (a pagar)	
		30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira (a)							
		1.464.195	1.329.065	1.924.322	1.672.895	346.182	253.189
Citibank	US\$	181.230	181.230	230.822	216.270	55.354	39.617
Votorantim	US\$	5.047	7.744	6.722	9.311	-	-
Banco do Brasil	US\$	258.900	258.900	357.485	326.263	58.464	38.576
Bradesco	US\$	493.778	415.464	626.960	519.481	45.782	32.931
Itaú	US\$	82.033	22.520	82.808	22.239	779	-
JP Morgan	US\$	443.207	443.207	619.525	579.331	185.803	142.065
Moeda estrangeira (b)							
		13.236	11.773	13.616	11.772	335	-
Bradesco	EUR	13.236	2.613	13.616	2.613	335	-
Itaú	EUR	-	9.160	-	9.159	-	-
Taxa Pré (c)							
		500.000	7.839	504.679	7.839	(1.545)	-
Bradesco	PRÉ	100.000	2.613	101.247	2.613	(184)	-
HSBC	PRÉ	100.000	2.613	100.500	2.613	(385)	-
Itaú	PRÉ	300.000	2.613	302.932	2.613	(976)	-
Índices de inflação							
		72.000	72.000	97.353	96.249	20.460	22.086
Itaú	IPCA	72.000	72.000	97.353	96.249	20.460	22.086
Moeda (d)							
		202.964	-	197.196	-	3.034	-
HSBC	URTJLP	101.482	-	98.598	-	1.326	-
Citibank	URTJLP	101.482	-	98.598	-	1.708	-
Moeda estrangeira (c)							
		179.533	179.533	255.755	238.422	69.316	52.112
Bradesco	LIBOR US\$	179.533	179.533	255.755	238.422	69.316	52.112
Taxa pós (c)							
		100.386	-	100.399	-	288	-
Bradesco	CDI	27.278	-	27.376	-	-	-
Itaú	CDI	73.108	-	73.023	-	288	-
Ponta Passiva							
Taxa pós (a)							
		(1.752.395)	(1.412.838)	(2.362.429)	(1.509.659)	(60.092)	(55.545)
Citibank	CDI	(282.712)	(181.230)	(278.100)	(180.418)	(5.742)	(3.765)
Votorantim	CDI	(5.047)	(7.744)	(14.381)	(21.336)	(7.659)	(12.025)
Banco do Brasil	CDI	(258.900)	(258.900)	(299.021)	(287.686)	-	-
HSBC	CDI	(101.482)	-	(199.243)	-	(1.086)	-
Bradesco	CDI	(507.014)	(418.077)	(658.412)	(463.910)	(28.885)	(26.273)
Itaú	CDI	(154.033)	(103.680)	(462.830)	(105.893)	-	(333)
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	(450.442)	(450.416)	(16.720)	(13.149)
Moeda estrangeira (b)							
		(179.533)	(179.533)	(255.755)	(238.422)	(2.955)	(586)
Bradesco	LIBOR US\$	(179.533)	(179.533)	(255.755)	(238.422)	(2.955)	(586)
Taxa pós (c)							
		-	(72.000)	-	-	-	-
Itaú	IPCA	-	(72.000)	-	-	-	-
Moeda estrangeira (d)							
		(127.278)	-	(2.896)	-	(55)	-
Banco do Brasil	EUR	(127.278)	-	-	-	-	-
Itaú	EUR	-	-	(2.896)	-	(55)	-
Moeda estrangeira (c)							
		(73.108)	-	(98.776)	-	(1.506)	-
Itaú	US\$	(73.108)	-	(70.205)	-	(311)	-
Bradesco	US\$	-	-	(28.571)	-	(1.195)	-
						439.615	327.387
						(66.153)	(56.131)
						Valores a receber, líquidos	373.462
							271.256

a) Swaps de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.754.224) – operações de swap contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$1.695.211).

Notas Explicativas

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$81.530) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 1º de março de 2013, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$78.212 em dólar e R\$10.731 em Euro).

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$97.353) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$97.353).

d) *Swap* TJLP x CDI (R\$197.196) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R\$204.498).

e) *Swap* PRÉ x CDI (R\$504.678) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2013 com o objetivo de reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 30 de junho de 2013:

Contrato de swap	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 30.06.13
	2013	2014	2015	2016 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	43.459	21.138	193.321	96.667	354.585
VOTORANTIM	(3.973)	(3.686)	-	-	(7.659)
BRADESCO	(5.859)	(14.733)	7.518	96.667	83.593
JP MORGAN	(3.474)	(13.246)	185.803	-	169.083
BANCO DO BRASIL	58.464	-	-	-	58.464
CITIBANK	(2.478)	52.803	-	-	50.325
ITAÚ	779	-	-	-	779
CDI x Moeda Estrangeira	(1.273)	-	-	-	(1.273)
ITAÚ	(78)	-	-	-	(78)
BRADESCO	(1.195)	-	-	-	(1.195)
PRÉ x CDI	(1.545)	-	-	-	(1.545)
ITAÚ	(976)	-	-	-	(976)
HSBC	(385)	-	-	-	(385)
BRADESCO	(184)	-	-	-	(184)
TJLP x CDI	700	1.112	(765)	188	1.235
CITIBANK	392	692	(297)	208	995
HSBC	308	420	(468)	(20)	240
IPCA x CDI	258	20.202	-	-	20.460
ITAÚ	258	20.202	-	-	20.460
Total	41.599	42.452	192.556	96.855	373.462

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Notas Explicativas

A ineficácia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.345 e R\$2.188, respectivamente.

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, as operações com derivativos geraram resultados positivos consolidados de R\$88.845 e R\$90.370, respectivamente, conforme nota 27.

Em 30 de junho de 2013 temos os saldos consolidados de R\$439.615 registrado no ativo e R\$66.153 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia e a Vivo possuem somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

		Consolidado		
Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	1.214.555	1.525.412	1.839.255
Dívida em US\$	Dívidas (Risco varolização US\$)	(1.214.555)	(1.525.412)	(1.839.255)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	10.720	13.441	16.130
Contas a pagar em EUR	Contas a pagar EUR (Risco valorização EUR)	(21.509)	(26.886)	(32.263)
Contas a receber em EUR	Contas a pagar EUR (Risco desvalorização EUR)	10.778	13.473	16.167
	Exposição Líquida	(11)	28	34
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	70.811	88.947	106.755
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(110.970)	(138.713)	(166.455)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	32.758	40.947	49.137
	Exposição Líquida	(7.401)	(8.819)	(10.563)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	97.353	98.495	99.749
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(97.353)	(98.495)	(99.749)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	540.180	689.182	844.403
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(534.794)	(682.302)	(835.965)
	Exposição Líquida	5.386	6.880	8.438
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	197.196	212.693	229.189
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(197.204)	(212.701)	(229.198)
	Exposição Líquida	(8)	(8)	(9)
Hedge (ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)			
Hedge USD (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(944.342)	(1.014.357)	(1.048.673)
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(80.676)	(84.156)	(85.049)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(457.935)	(494.863)	(534.386)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(195.961)	(211.632)	(225.997)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(76.893)	(77.801)	(80.101)
	Exposição Líquida	(1.755.807)	(1.882.809)	(1.974.206)
Exposição líquida total em cada cenário		(1.757.841)	(1.884.728)	(1.976.306)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(126.887)	(218.465)

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	2,2156	2,7695	3,3234
EUR	2,898	3,6225	4,347
IPCA	6,68%	8,36%	10,03%
CDI	7,72%	9,65%	11,58%
UMBND	0,0433	0,0541	0,065
URTJLP	1,9741	2,4676	2,9611

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de junho de 2013, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de julho de 2013, foi aprovada a reestruturação societária descrita na nota 1c3), com a incorporação pela Companhia (i) do acervo líquido cindido da TData; (ii) de parcela do patrimônio líquido cindido da Vivo; (iii) de parcela do patrimônio líquido cindido da ATelecom e (iv) da TST, com a manutenção de apenas duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral, TData.

Esta reestruturação societária não resultou em aumento de capital da Companhia, emissão de novas ações pela Companhia ou qualquer alteração nas participações acionárias dos atuais acionistas da Companhia ou qualquer direito de recesso, não havendo também, solução de continuidade em relação aos serviços de telecomunicação prestados pelas sociedades incorporadas/cindidas aos seus clientes, sendo tais serviços sucedidos integralmente pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TELEFÔNICA BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TELEFÔNICA BRASIL S.A. e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em decorrência da mudança de política contábil introduzida pela adoção do IFRS 11, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada

informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de julho de 2013.

CRC Nº 2SP013002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"